

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MARCUS DIAS GIMENES

**RELIGIÃO E CULTURA EM MOVIMENTO:  
o matrimônio nas igrejas pentecostais de Uberlândia, entre as décadas de 1990 e  
2010**

UBERLÂNDIA  
2019

MARCUS DIAS GIMENES

**RELIGIÃO E CULTURA EM MOVIMENTO:**

o matrimônio nas igrejas pentecostais de Uberlândia, entre as décadas de 1990 e 2010

Monografia apresentada na disciplina Monografia III do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Área de Concentração: História

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Mara Regina do Nascimento

UBERLÂNDIA  
2019

## FICHA CATALOGRÁFICA

Gimenes, Marcus Dias, 1986.

Religião e cultura em movimento: o matrimônio nas igrejas pentecostais de Uberlândia, entre as décadas de 1990 e 2010 / Marcus Dias Gimenes – Uberlândia, 2019.

80f.

Orientadora: Mara Regina do Nascimento.

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

1. Religião. 2. Cultura em movimento. 3. Matrimônio. 4. Igrejas pentecostais I. NASCIMENTO, Mara Regina do. II. Universidade Federal de Uberlândia – Graduação em História. III. Título.

MARCUS DIAS GIMENES

**RELIGIÃO E CULTURA EM MOVIMENTO:**

o matrimônio nas igrejas pentecostais de Uberlândia, entre as décadas de 1990 e 2010

Monografia apresentada na disciplina Monografia III do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Área de Concentração: História

Uberlândia, 05 de julho de 2019

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Mara Regina do Nascimento (Orientadora - UFU)

---

Profa. Dra. Jaciely Soares (Examinadora - UFU)

---

Prof. Dr. Gustavo Oliveira (Examinador - UFU)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Todo Poderoso que sempre esteve por perto me protegendo, me capacitando e concedendo o entendimento necessário para a realização desse trabalho. A este Amigo e Fiel companheiro rendo a minha vida e os meus sinceros louvores.

À minha linda esposa Lidiane Gimenes, pela paciência e apoio em todos os projetos da minha vida. O seu amor me faz ser mais homem, mais responsável, mais sonhador; e o seu companheirismo me dá motivação para realizar projetos grandiosos.

Aos meus pais e meu irmão, os meus heróis, por tudo. Amor incondicional e sacrificial, pelo suporte, pela dedicação, educação e exemplos de caráter. Pelos conselhos e ensinamentos que nortearam a minha vida.

À professora Mara Regina do Nascimento, pela dedicação, conselho, paciência e pela orientação. Como diz Isaac Newton: “Só posso enxergar mais longe porque estou assentado sobre ombros de gigantes.” E, sem dúvida, a sua grandeza não está apenas no seu conhecimento, mas também na sua humildade e no seu caráter, que transforma e inspira os que estão ao redor, para sair da mediocridade e buscar a excelência.

Aos meus Pastores, da igreja Shalom Comunidade Cristã, que velam pela minha alma, forjam meu caráter e me confortam em tempos de crises. Além disso, sou grato pela disposição em me auxiliarem na elaboração desse trabalho.

Ao meu grande amigo Silvio e à toda a sua família, que sempre estão dispostos e disponíveis para me abençoar. Vocês foram um elo importante para acessar os documentos da Assembleia de Deus, bem como para compreender suas nuances e mecanismos. .

Por fim, ao Instituto de História e a todos os professores, que me permitiram nesses últimos anos, desenvolver uma reflexão crítica da vida e da sociedade.

## **RESUMO**

A presente pesquisa procura analisar as práticas culturais e as diretrizes relacionadas ao sacramento do matrimônio, nas igrejas pentecostais e neopentecostais de Uberlândia, Shalom Comunidade Cristã e Assembleia de Deus Missão aos Povos, entre as décadas de 1990 e 2010, comparando-as com os dogmas da Igreja Católica para o mesmo sacramento. Nossos objetivos são os de observar as mudanças históricas, ou as permanências, a fim de analisar as influências destes dogmas – católicos e não católicos – nas representações contemporâneas para o casamento. Visto que o casamento traz consigo um aspecto moralizante para as comunidades cristãs, levantando a discussão acerca das representações sociais para a união entre homens e mulheres, a partir do discurso de defesa da família nuclear, nossa proposta é a de problematizar os papéis atribuídos ao homem e à mulher na vida sexual e afetiva, em relação às transformações da cultura no embate com os dogmas e prescrições religiosos. Assim, acreditamos que nosso estudo servirá para perceber como a vida contemporânea se adapta, ou gera tensões, diante das ingerências das instituições religiosas.

Palavra-Chave: História, Religião, Matrimônio

## **LISTA DE SIGLAS**

1Pe.	Primeira Epístola de Pedro
1Co.	Primeira Epístola de Paulo aos Coríntios
1Tm	Primeira Epístola de Paulo a Timóteo
2Co	Segunda Epístola de Paulo aos Coríntios
At.	Livro de Atos dos Apóstolos
Cat.	Catecismo da Igreja Católica
Cl.	Epístola de Paulo aos Colossenses
Ct.	Livro de Cântico dos Cânticos.
Cân.	Canon do Código do Direito Canônico
Dt.	Livro de Deuteronômio
Ec.	Livro de Eclesiásticos
Ef.	Epístola de Paulo aos Efésios
Gn.	Livro de Gênesis
Jo.	Evangelho segundo João
Lc.	Evangelho Segundo Lucas
LG.	Texto do Concílio Vaticano: Lumen gentium
Lv.	Livro de Levítico
Pv.	Livro de Provérbios
Rm.	Epístola de Paulo aos Romanos
Tt.	Epístola de Tito

## SUMÁRIO

RESUMO.....	5
LISTA DE SIGLAS.....	6
INTRODUÇÃO.....	8
1. MOVIMENTOS PENTECOSTAIS NO BRASIL .....	13
1.1. A Igreja como conceito.....	17
1.2. Os Sacramentos no Catolicismo .....	22
1.3. Pentecostais: origens e princípios dogmáticos .....	26
2. NAMORO E CASAMENTO: PRÁTICAS CULTURAIS E SUAS RUPTURAS E CONTINUIDADES .....	31
2.1. O namoro sob a liberdade e o namoro cristão .....	32
2.2. O casamento.....	44
2.3. Família nuclear: responsabilidades e funções.....	51
3. ENREDOS E PRÁTICAS: PROBLEMAS CONJUGAIS, DIVÓRCIO E NOVO CASAMENTO .....	63
3.1. Relatos de casos .....	63
3.2. Divórcio e novo casamento: aspectos teóricos e práticos nos aconselhamentos pastorais.....	66
CONCLUSÃO .....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	79
1. Fontes.....	79
2. Bibliografia .....	80



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa estudar as transformações nas práticas e diretrizes para a vida matrimonial dentro de organizações evangélicas e do catolicismo, tomando para isso a análise das influências que provocaram mudanças no rito do casamento na contemporaneidade, bem como as permanências de certos aspectos deste no tempo. Nosso foco serão as diretrizes, as representações e as práticas culturais relacionadas ao casamento. Neste sentido, Sergio da Mata (2010) sugere que, para trabalharmos historicamente com a religião, é necessário cautela, pois precisamos tratar a disciplina “religião” de forma autônoma, percebendo o objeto de estudo ancorado nos multiculturalismos, que envolvem tal fenômeno religioso e seguir uma abordagem agnóstica. Além disso, ele aponta a necessidade de reconhecer o fenômeno religioso, definido como:

uma força capaz de gerar efeitos sociais concretos, de regular com maior ou menor êxito uma conduta de vida, de moldar com maior ou menor sucesso algumas estruturas de pensamento por meio das quais apreendemos e nos relacionamos com o mundo. (MATA, 2010, p. 22).

O fenômeno religioso não atua sozinho na formação do indivíduo, mas dentro das esferas coletivas, comunitária e privada, marcando presença importante em tramas políticas e em mudanças sociais. Compreendê-lo leva-nos a entender melhor o tempo e o espaço em que as comunidades e os sujeitos estão inseridos, a fim de contrapor ou relacionar, em diferentes contextos, aquilo que é considerado sagrado ou profano (MATA, 2010). Ou seja, para compreender as nuances acerca dos deslocamentos culturais, como o sacramento do casamento entre as décadas de 1990 a 2010, será necessário dialogar com as transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil, a partir da década de 50, quando há, de acordo com Ricardo Mariano (2004; 2005) e Cândido Procópio Ferreira de Camargo (1973), o surgimento de igrejas pentecostais e neopentecostais, acompanhado das efervescências do movimento feminista, maior entusiasmo dos discursos em torno da secularização e laicidade do governo, influências culturais dos países europeus e estadunidense, entre outros desdobramentos.

Para isso será importante recorrer à historiografia, visando reconstruir como se deu a institucionalização do casamento na Europa Ocidental, e como isso influenciou as relações matrimoniais no Brasil. Nesse primeiro momento, Peter Brown (1990) terá uma importante

contribuição na compreensão de como a Igreja Católica se consolidou no cenário político e religioso durante os primeiros séculos d.C, impondo uma ideologia de castidade superior ao matrimônio, em contraste a vida social do império romano, que privilegiava a adesão ao casamento como forma de sobrevivência da humanidade, devido as diversas guerras enfrentadas pelos seus cidadãos.

Porém essa ideologia de castidade se torna cada vez mais incorporada pela sociedade e debatida pelos teólogos da época, formando assim diversos espaços de confinamento para homens e mulheres. Para esta reflexão, o trabalho de Ronaldo Vainfas (1986), nos é importante por demonstrar a importância da contribuição de Agostinho, no século V, para a sacralização do casamento. Neste cenário, o século XII é um marco divisório profundo, pois é naquela centúria que se consegue instituir o casamento como uma instituição divina. Nesse trabalho, Vainfas percorre as transformações que o amor e o desejo foram ganhando durante as eras medieval e moderna, nos levando a fazer uma ponte com o trabalho de Mary Del Priore (2006) sobre a história de amor no Brasil, desde a sua colonização até o final da década de XX, ambos demonstrando como a literatura cavaleiresca e romântica medieval influenciarão as bases fundamentais do casamento na era moderna e pós-moderna.

Ainda será possível recorrer aos estudos da História da Vida Privada da França e do Brasil, organizado por Antoine Prost e Gérard Vincent (1992) e Lilia Moritz Schwarcz (1998), quando precisamos refletir sobre as principais transformações sociais, quando da privatização da família, do surgimento e intensificação do individualismo e os afrouxamentos das condutas morais. Esses e outros autores nos ajudarão a compor a visão de casamento construído durante a história cristã, a fim de percebermos as continuidades e rupturas apresentadas na documentação das igrejas Assembleia de Deus Missão aos Povos, Shalom Comunidade Cristã e Igreja Católica Apostólica Romana, produzidos durante as décadas de 1990 a 2010.

O presente trabalho pretende analisar a prática dos fiéis sobre o casamento dentro das igrejas pentecostais e neopentecostais da Assembleia de Deus Missão aos Povos e a Shalom Comunidade Cristã, respectivamente, e comparar tais práticas com os dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana, por sua tradição e estabilidade. Pretendemos, com a metodologia comparativa, poder contribuir no entendimento da evolução dos conceitos de casamento dentro dessas diferentes matrizes religiosas. Nossa preocupação é perceber como isso afeta as relações sociais na comunidade cristã, em geral, e na uberlandense, em particular. Diante disso, surgem alguns questionamentos que nortearão os objetivos específicos: Qual é a visão do namoro cristão nessas igrejas? Como isso revela a crença e a mentalidade desses

membros em relação ao casamento? Quais são as crenças que estão fundamentando as concepções sobre casamento? Isso afeta de alguma forma as relações sociais na população uberlandense, ou revela alguma característica dessa sociedade? As igrejas pentecostais, ou neopentecostais, operaram efetivamente transformações na experiência do matrimônio, se comparadas com a Igreja Católica? Seria possível classificar alguma dessas igrejas como mais ou menos abertas às mudanças sociais?

Com tais perguntas, o trabalho pretende analisar essas três igrejas cristãs, na construção dos seus dogmas e crenças sobre o relacionamento conjugal, entre os anos 1990 a 2010, a fim de avaliar como está sendo apreendido pelos membros o conceito de casamento e como isso tem se transformado durante as gerações. Compreendemos que tais ensinamentos e dogmas estão inseridos em um contexto social maior, que influencia diretamente na elaboração desses documentos, seja no sentido de resistência e permanência dos aspectos morais construídos ao longo da história, ou no sentido de adaptação e ruptura dos antigos paradigmas fundamentados no discurso do patriarcado da família nuclear, em contraposição da cultura contemporânea que privilegia a liberdade, a privacidade, a individualidade, a autonomia e o empoderamento feminino.

Para a realização dessa pesquisa, nosso método de análise procura investigar as instruções e doutrinação religiosas, produzidas pelas igrejas Shalom Comunidade Cristã, Assembleia de Deus Missão aos Povos e a Igreja Católica Apostólica Romana, procurando perceber como esses dados históricos revelam as relações sociais e demonstram discursos e práticas desses grupos acerca do casamento.

Da Igreja Shalom Comunidade Cristã coletamos 06 exemplares das revistas de ensino “Escola de Vencedores”, 02 apostilas destinadas ao “Curso de Noivos” e “Curso de Casais”, 01 livro escrito pelo fundador da Igreja, Harry Scates, contando a sua trajetória de vida, e 01 livro escrito pelo Pastor Luciano Subirá, responsável por diversos cursos e congressos para casais.

A Igreja Evangélica Assembleia de Deus Missão aos Povos em Uberlândia disponibilizou o seu Estatuto de constituição, onde legisla sobre as principais questões doutrinárias e estruturais da igreja. Além disso, temos acesso às 80 revistas da “Escola Dominical”, produzidas entre os anos de 1990 a 2010, sendo que desse universo apenas 7 revistas versam sobre o tema estudado.

Já da Igreja católica, usaremos como fonte o Catecismo da Igreja Católica (2000), alguns capítulos do Código de Direito Canônico (1983) e parte de 5 livros escritos por líderes e padres que expressam os ensinamentos e dogmas sobre o relacionamento conjugal.

Ao utilizar a metodologia comparativa, procuramos compreender melhor o movimento as concepções de casamento dentro dessas diferentes matrizes religiosas. Procuramos ler esses documentos “às avessas, contra as intenções de quem os produziu”, na tentativa de identificar os processos históricos e sociais que demonstram a permanência ou a ruptura desses conceitos (GINZBURG, 2002, p. 43).

Pois, de acordo com Thompson:

o passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionam de certas maneiras... Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um processo histórico. (THOMPSON, 1978, pp.50-51)

Essa pesquisa tem um envolvimento muito direto com a minha experiência religiosa, como um dos líderes da igreja Shalom Comunidade Cristã, há mais de 18 anos. Como líder, participei de diversos aconselhamentos de casais e de alguns processos de divórcio, despertando assim o meu interesse em pesquisar como os novos comportamentos morais daqueles jovens estariam relacionados com a mentalidade de uma sociedade que iniciava a procurar o divórcio como uma solução dos seus dilemas conjugais. Com isso, percebi a potencialidade da temática ao observar os comportamentos das pessoas, os documentos oficiais das igrejas e o contexto das relações amorosas e conjugais do mundo contemporâneo. Sendo assim, as narrativas das pessoas serviram de plataforma de observação de como se dão as rupturas e continuidades entre as práticas cotidianas e as doutrinas sobre o matrimônio. E na medida em que a pesquisa foi se desenvolvendo, pude perceber com esta monografia o início de algo que pode se tornar uma pesquisa ainda maior no mestrado. Além disso, a escolha da temporalidade dessa monografia se dá principalmente por dois motivos: o primeiro diz respeito à minha inserção à Igreja Shalom Comunidade Cristã no final dos anos 2000; e o segundo se dá pela minha curiosidade da transformação dessa igreja entre os anos 90 a 2010, com a implantação do modelo celular e a sua expansão na cidade de Uberlândia.

O trabalho será dividido em três capítulos, sendo que o primeiro tratará sobre as origens e estruturas dos governos eclesiásticos, para que possamos compreender como é realizado o controle social e as resistências na vida cotidiana dos seus membros, para que, a partir daí, possamos desenvolver o segundo capítulo analisando a documentação sobre os conceitos de namoro e casamento cristão, buscando analisar como esses ensinamentos estão inseridos no contexto da família contemporânea, bem como avaliar como foram construídas socialmente

tais práticas, revelando assim rupturas e continuidades durante as gerações. No último capítulo apontamos as tensões entre as doutrinas e a sua efetividade na vida das pessoas, analisando as narrativas sobre a prática cristã e as tensões vividas no convívio familiar, bem como os discursos sobre o divórcio e o novo casamento em cada igreja.

## 1. MOVIMENTOS PENTECOSTAIS NO BRASIL

O cenário religioso, na década de 90, apresentava grandes transformações na sociedade brasileira. O país que era hegemonicamente católico, presenciou um aumento significativo de igrejas pentecostais e neopentecostais, ampliando e diversificando os “mercados dos bens de salvação”. Essas igrejas, com um caráter mais liberal, estariam utilizando-se dos meios de comunicação em massa, e uma flexibilização no campo doutrinário e litúrgico para conquistar mais fiéis. Proporcionando uma transformação na religiosidade brasileira, ao oferecer uma maior autonomia aos indivíduos na escolha das suas formas de crença e maior fluidez na “ritualização das práticas religiosas” (MONTES, 1998, p.69).

Diante disso, é importante ressaltar como se deu, resumidamente, o advento do pentecostalismo no Brasil, e as suas principais influências na origem e na trajetória na história recente do Brasil. Pe. Dr. L. Rumble (1959), Hurbur (2002) e Ricardo Mariano (2005) apontam que o reavivamento ocorrido com o movimento pentecostal no século XIX, em diversas partes do mundo, em especial nos Estados Unidos da América, cuja característica principal é a efusão do Espírito Santo, ocasionou um cisma em meio às igrejas tradicionais, como os Batistas e Presbiterianos, em que a teologia do “perfeccionismo” ou do fundamentalismo bíblico dá lugar a experiência do “novo nascimento”, ocasionado pelo novo pentecostes, de onde surgiu o movimento “Santidade” que contrapunha a visão salvística dessas igrejas tradicionais, conforme aponta Rumble (1959).

O movimento “Santidade”, nascido após a guerra civil, em 1865, tinha como característica principal a defesa da doutrina da experiência sobrenatural com o Espírito Santo, onde o convertido reproduziria a experiência dos apóstolos no dia do Pentecostes, tais como: profetizar, falar línguas estranhas e fazer curas milagrosas. Desse movimento surgiu a mensagem pentecostal, sendo que um dos personagens principais é “Avivamento da Rua Azusa”<sup>1</sup>, liderado por William J. Seymour (1870-1972), filho de escravos, negro, cego de um olho e discípulo de Charles F. Parham.

---

<sup>1</sup> Movimento Pentecostal, iniciado por um pregador negro William Joseph Seymour, em 1906, na Rua Azusa Street em um templo abandonado de uma Igreja Metodista Africana, conhecido pela sua pregação sobre o batismo no Espírito Santo, de onde iniciou várias manifestações de curas, milagres, glossolalias; chamando a atenção de multidões de pessoas de várias partes do mundo, sendo até noticiado pelo jornal Los Angeles Times como “uma sobrenatural babel de línguas” e “nova seita de fanáticos” compostas principalmente de negros e imigrantes pobres. (CAMPOS, 2005).

Seymour, ao aprender sobre o dia do Pentecostes, nas aulas com Parham, descritas na Bíblia em Atos dos Apóstolos, capítulo 2, começou a sua busca por uma experiência idêntica, conhecida como o “batismo (mergulho) no Espírito Santo”, em reuniões de oração onde morava em Los Angeles, EUA.

Essas reuniões transformaram-se em um centro de irradiação das ideias pentecostais no mundo todo, ao afluírem grandes multidões para ter a experiência sobrenatural das falas em línguas inteligíveis. Nesses encontros, marcados pelo místico e pelo sobrenatural, surgiram os principais fundadores do pentecostalismo no Brasil (OLIVEIRA; LORETO; CALVELLI, 2017).

Esses autores traçam a história da relação entre essas reuniões para celebrar o dia do Pentecostes, conforme descrito na Bíblia, e a formação de uma das religiões do mundo contemporâneo, conhecida como Pentecostal, sob a liderança de William J. Seymour. Mas não só lá, segundo Hurbut (2002), simultaneamente notícias advindas das cidades Leste e do centro dos Estados Unidos, do Canadá, Chile, Índia, Noruega e nas Ilhas Britânicas sobre essas mesmas manifestações, levaram os teólogos a identificar um “Movimento Pentecostal” que mudaria o rumo do protestantismo nos séculos seguintes. Tais desdobramentos, como veremos no decorrer do capítulo, tiveram influências diretas nas duas igrejas do nosso objeto de estudo, a saber, a Assembleia de Deus Missão aos Povos e a Shalom Comunidade Cristã.

A expansão do movimento desta nova corrente do protestantismo que teria chegado ao Brasil, segundo Freston (1994) e Mariano (Op. Cit., 2005), por volta das décadas de 1910 e 1970, poderia ser dividido em três momentos. O primeiro caracterizado como o pentecostalismo clássico, entre os anos de 1910 a 1950, cujo fator principal seria a fundação da Congregação Cristã no Brasil (São Paulo, 1910) e da Assembleia de Deus (Belém, 1911), para públicos majoritariamente da classe econômica inferior e voltado teologicamente na criação de uso e costumes para controlar a crença nas santidades entre os fiéis, bem como estimular a crença do dom de línguas estranhas.

O segundo momento traria características teológicas quase idênticas ao primeiro, mas tem seu marco na Cruzada Nacional de Evangelização, com a Igreja Quadrangular, com o foco mais na cura divina e nas estratégias de evangelização em massa.

Nesse período, que varia de 1950 a 1970, teríamos o nascimento das igrejas Brasil para Cristo (São Paulo, 1955), Deus é Amor (São Paulo, 1962), Casa da Benção (Belo Horizonte, 1962), dentre outras. Por último, o terceiro momento começaria na segunda metade dos anos 70, com o movimento conhecido como Neopentecostal, com “três aspectos fundamentais: 1) Exacerbação da guerra Espiritual contra o diabo e seus séquitos de anjos

descaídos; 2) pregação enfática da teoria da prosperidade; 3) liberação dos estereotipados usos e costumes da santidade” (MARIANO, 2005, p. 36). Além dessa abordagem de Freston (1994) e Mariano (2005), temos outros estudiosos que preferem utilizar o termo “pentecostalismo autônomo”, demonstrando que não é possível fazer generalizações conforme proposto por esses autores, pois cada igreja neopentecostal tem as suas características, sendo autônomas em suas pregações e concepções de fé. (MATOS, 2006).

Esta monografia busca analisar três igrejas cristãs na cidade de Uberlândia: a Shalom Comunidade Cristã, a Assembléia de Deus e a Igreja Católica; naquilo que procuram orientar seus fiéis sobre o casamento, levando em conta a organização religiosa que possuem e a interferência que exercem na cultura da sociedade. Sendo que nesse primeiro momento será apresentado superficialmente cada organização, para que no tópico 1.3 possamos nos ocupar das principais influências culturais e sociais, bem como as diferenças nas estruturas hierárquicas, modelos gerenciais eclesiásticos e práticas de ensino sobre o matrimônio. Quando digo sobre os diferentes modelos eclesiásticos é porque tivemos o cuidado de escolher três diferentes modos, a saber, o modelo episcopal, presbiteriano e o congregacional, aos quais daremos atenção em tópico específico.

A primeira igreja será a Shalom Comunidade Cristã, que parece se aproximar mais dos conceitos do neopentecostalismo proposta por Mariano (2005) por não impor censura ou restrições morais aos usos e costumes em relação aos comportamentos dos adeptos e por ter sido fundada no final da década de 80, por missionários norte-americanos Harry e Hellen Scates. Atualmente a igreja possui mais de sete mil membros na cidade de Uberlândia, tendo basicamente dois modos de operar as reuniões: o primeiro com encontros feitos nas oito congregações localizadas nos bairros Planalto, Jardim Brasília, São Jorge, Canaã, Morumbi, Guarani, Industrial e Umuarama; e o segundo, entre as 629 células, pequenos grupos que se reúnem nas casas e ambientes privados, espalhados por quase todos os bairros da cidade. Além de Uberlândia, a igreja tem ainda congregações em treze cidades no Brasil, nas seguintes localidades: Araguari – MG; Brasília – DF; Carmo do Paraíba – MG; Capinópolis – MG; Coromandel – MG; Ituiutaba – MG; Prata – MG; Juazeiro do Norte – CE; Uberaba – MG; Marabá – PA; Palmas – TO; Patos de Minas – MG; Ribeirão Preto – SP. E em cinco no exterior: Irlanda, Espanha, Bolívia, França e Reino Unido<sup>2</sup>.

As congregações, segundo a definição mencionada na “Revista Escola de Vencedores: Visão e Evangelismo Nível 2”, produzida pela própria igreja, são lugares de reuniões onde

---

<sup>2</sup> (IGREJAS. Shalom Comunidade Cristã. Uberlândia. Disponível em: <https://scc.org.br/igrejas/>. Acesso em: 7 Jul. 2019)..



todos os membros e convidados frequentam para que possam celebrar o culto, normalmente realizado pelos pastores locais.

As células são “pequenos grupos que se reúnem nas casas, locais de trabalho, escolas e outros lugares apropriados com o objetivo de promover pastoreamento, comunhão, oração e ensino da palavra de Deus, mas principalmente para ganhar pessoas para Cristo.” (Revista Escola de Vencedores: Visão e Evangelismo. Lição 2, p.2).

Essas células são realizadas pelos líderes que foram escolhidos pelos pastores, à medida em que vão se formando na Escola de Vencedores. Sendo que para a realização desta pesquisa, nosso método de análise procura investigar as instruções e doutrinação religiosa, produzidas e divulgadas pela igreja Shalom Comunidade Cristã, por meio das revistas de ensino “Escola de Vencedores”, apostilas destinada ao “Curso de Noivos” e “Curso para Casais” que são umas de nossas fontes documentais, pelos aconselhamentos que dão aos fiéis sobre namoro e casamento entre seus membros, visando atingir a maturidade da fé.

A segunda igreja em foco é a Assembleia de Deus Missão aos Povos, em Uberlândia. Conhecida pelo seu caráter pentecostal, conforme caracterizada por Mariano (2005 p.29) por “ênfasis no dom de línguas, a crença na volta iminente de Cristo e na salvação paradisíaca e pelo comportamento de radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior”.

Esse comportamento radical tem se transformado com o tempo, porém ainda é possível verificar no “Regimento Interno e no Estatuto da Igreja” forte controle desses comportamentos sociais dos seus membros, ao proibirem utilização de adornos por homens e mulheres, cabelos e barbas crescidos para homens, e cortados para mulheres; bem como a proibição de jogos de azar.

O seu apelo doutrinário é realizado pela “Escola Dominical”, quando a cada trimestre o conselho da igreja define o tema que será trabalho anual, com o objetivo de ensinar o membro por toda a sua vida piedosa. É uma das maiores igrejas evangélicas do Brasil e na cidade de Uberlândia, com mais de 70 congregações espalhadas por diversos bairros: Aclimação, Alvorada, América, Aurora, Santa Mônica, Bela Vista, Tubalina, Granada, Jardim Brasília, Brasil, Morumbi, Jardim Canãa, Chácara Oliveira, Custódio Pereira, Daniel Fonseca, Nossa Sra. Das Graças, Dom Almir, Fazenda Taperão, Jardim Holanda, Esperança, São Jorge, Parque São Jorge V, Chácara Pica-Pau, Taiaman, Guarani, Custódio Pereira, Chácara Tubalina, Shopping Park, Jardim Ipanema I, Jaraguá, Parque Res. Camaru, Jardim Califórnia, Jardim Europa, Luizote de Freitas, Chácara Jockey Camping, Laranjeiras, Santa Rosa, Marielza, Mansour, Maravilha, Marta Helena, Martinésia, Osvaldo Resende, Minas Gerais, Miraporanga, Morada Nova, Joana D'arc, Nova Uberlândia, Pacaembu, Jardim das

Palmeiras, Pampulha, Panorama. Sendo que, segundo os artigos 52 ao 58 do Estatuto, entende-se como congregação os locais de reuniões realizada nos templos construídas pela Assembleia de Deus Missão aos Povos, podendo ser elas internas aos locais associadas à igreja Sede dentro do município de Uberlândia; e as externas localizadas em outras cidades, tendo sido absorvidas pela igreja Sede.

As diretrizes dadas aos casais nestas duas igrejas cristãs serão comparadas às diretrizes católicas, conhecidas por sua antiguidade e tradição quanto aos ensinamentos para o casamento como laço indissolúvel entre homem e mulher e fundamental dispositivo de perpetuação e continuidade da fé católica.

Para isso é importante compreender como o conceito de igreja é construído desde a igreja primitiva até nos dias atuais, e como o protestantismo desenvolveu uma nova forma de pensar ao estimular a subjetividade na interpretação das escrituras.

### **1.1. A Igreja como conceito**

Em uma cidade de Israel, chamada Cesareia de Felipe, localizada ao norte do mar da Galileia, foi registrado pela primeira vez a intenção de Jesus Cristo em criar uma igreja a partir dos seus ensinamentos. Essa cidade era conhecida como uma região com diversas correntes teológicas acerca das manifestações milagrosas praticadas por Cristo, até mesmo Herodes acreditava que ele seria a reencarnação de um dos profetas chamado João Batista, que foi um profeta muito aclamado pelo povo e apreciado pelo Rei; muitos judeus acreditavam que Ele seria a reencarnação de alguns profetas da antiguidade. Em meio a essas diversas correntes religiosas, surgiu o diálogo entre Jesus e seus discípulos:

“Quando Jesus chegou à região de Cesareia de Felipe, consultou seus discípulos: ‘Quem as pessoas dizem que o Filho do homem é?’ E eles responderam ‘Alguns dizem que é João Batista; outros Elias, e ainda quem diga, Jeremias ou um dos profetas’. Então Jesus interpelou: ‘Mas vós, quem dizeis que Eu Sou?’ E, Simão Pedro respondeu: ‘Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo’” Ao que Jesus lhe afirmou: ... Da mesma maneira Eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do Hades não prevalecerão contra ela.” (Bíblia King James Atualizada, Mateus Capítulo 16 Versículos 13 ao 18.)

Com base nessa afirmação, podemos indagar: Quais seriam as bases da igreja cristã? Como ela se organizaria e se transformariam nos próximos séculos uma potência religiosa e política? O que significaria esse conceito de “igreja”?

Para compreender essas características da igreja e a sua expansão, não podemos ignorar a contribuição historiográfica da teologia (MATA, 2010). Para Geremek (1987) procurar a definição da igreja seria uma tarefa inútil, pois devido as diversas correntes ideológicas caracterizariam à sua maneira tal fenômeno religioso, porém é possível compreender os diferentes discursos sobre essa definição. Para isso, o autor propõe basicamente dois tipos de linguagens, o primeiro seria o discurso eclesiástico, que visa compreender tanto a sagrada escritura, como a produção literária das instituições e dos grandes autores eclesiásticos; o segundo seria o discurso das ciências sociais, quando o pesquisador busca compreender os fenômenos naturais, bem como as influencias sociais, históricas e doutrinárias que exerce poder sobre o indivíduo, em meio a sua busca ao transcendente.

Pensando no discurso eclesiástico, temos a definição utilizada por Grudem (2009), ao mencionar que essa palavra “igreja” utilizada por Jesus, pode ser traduzida para o grego como “*ekklesia*” cujo o significado seria “ajuntamento”, “assembleia”; mesmo que essa palavra estivesse aparecendo pela primeira vez no Novo Testamento, o autor demonstra que essa ideia permearia desde os primeiros registros do Velho Testamento, apontando para o surgimento do Israel antigo como a Sua igreja, e para o autor a igreja seria o ajuntamento de pessoas que comungavam da mesma fé e da prática religiosa. Além disso, os discípulos de Jesus ampliaram o seu conceito utilizando metáforas em seus livros, como por exemplo no livro escrito para Timóteo (1Tm.5.1-2), Paulo vê a igreja como uma “família”, um lugar onde deveria praticar a cumplicidade, a vigilância e o amor fraternal, para ele também a igreja seria “a noiva de Cristo” (Ef.5.32) e que portanto seus fieis deveriam praticar atitudes que estariam de acordo com os preceitos dessa igreja, e por fim a igreja seria como a construção de um edifício ( 1co. 3.9) e que seria papel dos sacerdotes conseguir direcionar os membros na construção de uma vida de castidade, rumo a perfeição da sua fé. Com isso, esse teólogo conceitua a igreja como um lugar aonde as pessoas podem demonstrar a sua fé, e ser direcionada a partir da submissão às autoridades ali estabelecidas.

Já para Bronislaw Geremek (1987), com seu estudo voltado para as ciências sociais, visa compreender como a crença cria diversos ritos e instituições, concedendo poder para homens comuns se tornarem heróis da fé, influenciando a maneira de agir e pensar daqueles que decidem voluntariamente submeter as suas orientações e domínio. Nesse exercício de compreender o aparecimento dessas instituições religiosas, o autor aponta as diferentes noções de igreja elaborada no tempo e espaço por cristãos católicos, protestantes e ortodoxos,

pois “a própria concepção de igreja mudou profundamente ao longo dos séculos.” (GEREMEK, 1987, p.164). Para ele, o elo que permeia todas essas noções de igreja é:

Na própria concepção de igreja, articula-se uma visão espiritual que deve ligar entre si os fiéis, seja porque a doutrina decreta a coesão da comunidade enquanto igreja, seja porque se devem criar elos entre os homens em torno da crença na comunidade dos eleitos no além. (GEREMEK, 1987, p.163)

Porém o autor nos fornece como essa construção do conceito de igreja foi imbuída de embates e objetivos que a igreja queria alcançar em diferentes momentos históricos. Para ele, as primeiras formulações se deram logo após o livro “Atos dos Apóstolos” escrito pelo evangelista Lucas. No século III, Eusébio de Cesareia definiria a igreja como uma realidade transcendente e escatológica, um lugar dos salvos e onde realiza a salvação, bem como uma realidade terrena sujeita a transformações históricas. Já na era medieval, a concepção de igreja foi cunhada por Santo Agostinho e Tomás de Aquino, como o corpo místico de Jesus e o local da “congregação dos fiéis vivos”, cujo caráter “imanente e escatológico” é ressaltado nessa concepção.

Essa época é possível perceber o surgimento de diversas “seitas” e oposições à igreja, ocasionando uma nova forma de pensar a igreja com o filósofo frade Guilherme Ockham. Ele “considerava a Igreja como a comunidade dos fiéis organizados espiritualmente para a defesa da própria fé, e justapunha-lhe o Estado, outro aspecto dessa mesma comunidade, organizada civilmente para a defesa dos seus interesses temporais.” (GEREMEK, 1987, p.164). Ao se colocar a favor do imperador, Ockham definiria a igreja como um sistema organizado hierarquicamente, porém ressaltou a infalibilidade do papa e dos concílios, abrindo espaço para a Reforma.

Já na Reforma, ao se posicionarem contra os abusos eclesiásticos, Calvino e Lutero defendiam o conceito da Igreja Invisível, ou seja, ela seria composta por apenas aqueles que são verdadeiramente cristãos no coração, agindo conforme as escrituras sagradas, independentemente da posição social ou eclesiástica que o indivíduo estava. Como tal situação era apenas visível aos olhos de Deus e apenas Ele, poderia saber quem seriam os eleitos. A definição da Igreja Invisível se faria mais lógica para os reformadores. Ainda no século XV, a Igreja Católica compunha uma outra concepção de igreja como “corpo político”, baseado nas teses de João Torquemada e outros apologistas católicos que “construíram um corpo de argumentos que tornaria estáveis as bases ideológicas do regime monárquico e da organização hierárquica da igreja.” (GEREMEK, 1987, P.166)

Já no século XVIII o divórcio da Igreja e o Estado começam a ser estimulado, quando a igreja busca mais autonomia em suas decisões. Nessa época alguns bispos procuravam restabelecer a igreja nos modelos da igreja primitiva, ao denunciar os abusos da Igreja Católica e sugerir a conciliação com os reformados. Com isso, “a igreja devia ser entendida como uma sociedade comunitária de fiéis, organizada horizontalmente, sob a guarda do clero paroquial e dos bispos.” (GEREMEK, 1987, p.167) Por fim, o autor sugere que a investigação para compreender a igreja no futuro, é necessário levar em conta a mesma técnica de pesquisa utilizada por ele, ou seja, a concepção de igreja está intrínseca no tempo e espaço em que ela está inserida, segundo as transformações sociais e históricas. Sendo assim, é importante perceber essas definições segundo o seu período, nesse sentido, o autor faz a sua última consideração sobre a concepção de igreja, na óptica da história social, ao afirmar que: “pode-se considerar a Igreja como um conjunto institucional capaz de organizar em torno de um sistema de crenças uma comunidade hierarquizada de fiéis, procedendo à estandardização de um sistema de sinais rituais.” (GEREMEK, 1987, p.167).

Para Paul Veyne, foram justamente as características da igreja cristã que a transformou em uma potência política e religiosa no império romano e depois em todo o mundo. Em “Quando o mundo se tornou cristão”, ele demonstra como a virada do século III para o IV foi importante para o cristianismo passar de uma seita de vanguarda para uma religião com milhões de seguidores em todo o mundo, nos dias atuais. Para ele, a forma com que os cristãos se relacionavam com o seu Deus, era bem diferente do paganismo. De acordo com Veyne (2010):

“a relação era permanente, apaixonada, mútua e íntima, enquanto entre a raça humana e a raça dos deuses pagãos, que principalmente viviam por si mesmos, as relações eram por assim dizer internacionais, contratuais e ocasionais”. (VEYNE, 2010, p.8)

Paul Veyne defende que a religião cristã se expandiu devido a sua originalidade, dinamismo e estrutura doutrinária e eclesiástica em relação ao paganismo ou às filosofias existentes na época. Para ele, um dos pontos cruciais nessa diferenciação é que o cristianismo se transformaria em uma religião do amor, onde o seu Deus está disposto a manter uma relação próxima com o seus membros, preocupando com os problemas e atitudes da vida privada de seus membros, e nessa relação de amor e perdão, cobra-se de seus fiéis uma atitude de obediência às regras morais da religião. Essas regras eram já estimuladas pelas filosofias

da época, como aponta Veyne, e, portanto, seria um ponto importante para a aceitação da elite imperial.

Além disso, o que daria dinamismo a essa seita de vanguarda seria o seu sentido prosélito, onde não bastava ser cristão, mas precisava dizer ser cristão, e com isso “o cristianismo se considerava a única verdade, impondo-se a humanidade inteira, dando a todos os homens uma vocação sobrenatural e uma igualdade espiritual” (VEYNE, 2010, p.17). Ou seja, esse sentido prosélito dava ao membro um propósito para a sua vida, que era livrar as pessoas do engano mortal eterno. Por fim, o cristão precisaria se filiar a uma igreja, a uma organização complexa, que exigia a submissão as autoridades e a obediência as condutas de fé. Segundo o autor, todo esse sistema de crença, faria com que a elite imperial escolhesse o cristianismo em detrimento ao paganismo como a sua religião oficial, transformando-a de seita de vanguarda para uma religião em que a maioria do império iria adotar nos séculos seguintes. Pensando nisso, o autor diferencia da seguinte maneira o que seria uma seita de uma religião:

“(seita) um grupo para o qual indivíduos decidem entrar, um conjunto de crenças às quais alguns se convertem, por oposição a uma ‘igreja’, a um conjunto de crenças dentro do qual se nasce e que são as de todos.” (VEYNE, 2010, p.13)

Com isso, o autor afirma que o cristianismo era “um organismo completo” e organizado, muito diferente do paganismo, que tinha seus ritos e deuses, mas não se organizam em uma comunidade sujeita a uma autoridade, e com ensinamentos que levaria os seus membros a estabelecer uma conduta de vida. Já o cristianismo tinha seus “sacramentos, Livros Santos, atos litúrgicos, propaganda oral através das homílias, uma doutrina moral, dogmas.” (VEYNE, 2010, p.26) Sendo que para se tornar cristão era necessário confessar fé em seu Deus e todo esse sistema.

Nesse sentido, Bronislaw Geremek (1987) demonstra como a igreja primitiva foi ganhando corpo em meio às primeiras comunidades cristãs, até se tornar um meio de expansão para todo o mundo. Para o autor, após os apóstolos formavam-se comunidades primitivas entre as classes urbanas, compostas de artesãos, pequenos comerciantes, homens livres e soldados. Liderados por missionários errantes, era formado primeiramente um grupo de conselho dos presbíteros, ou dos homens mais velhos considerados como detentores do conhecimento das escrituras sagradas, a fim de “vigiar a vida comum, ocupando-se dos bens da comunidade, da administração do culto e os banquetes comuns, do socorro aos pobres.”

(GEREMEK, 1987, p.168). Esse conselho dos presbíteros teria a função de nomear o chefe da comunidade, conhecido como Bispo, cuja figura era tida como ilibada e detentora dos dons carismáticos.

Portanto, “a história dos primeiros séculos de existência do cristianismo foi, de facto, a da expansão de uma comunidade organizada.” (GEREMEK, 1987. p. 170) A partir disso, o autor demonstra como o evangelho se expandiu rapidamente para a Síria e para a Ásia Menor, estendendo aos poucos para a Itália, a Ilíria, Espanha e na Gália. Sendo que esta propagação vai se massificando a medida que comunidades cristãs são estabelecidas também na África, no Egito, e na Cirenaica.

Para compreender como a Igreja influencia, interfere e conduz as crenças, a mentalidade e o estilo de vida de seus membros, é imprescindível descrever como é a estrutura governamental eclesiástica, bem como os seus sacramentos, seus dogmas e atos litúrgicos que envolvem o novo convertido, desde a sua entrada até a maturação da sua fé.

Como já foi dito, escolhemos como objeto de estudo desse trabalho, duas igrejas: a neopentecostal Shalom Comunidade Cristã e a pentecostal Assembleia de Deus Missão aos Povos; e a igreja Católica como objeto de comparação. Cada uma dessas igrejas tem o seu modo particular de governo eclesiástico e que manifesta nas suas práticas de ensino e orientações a seus fiéis. O catolicismo adotou o seu modelo episcopal, e consagrou os mais importantes ritos e crenças como “Sacramentos”. Diferentemente das igrejas, Assembleia de Deus Missão aos Povos que adotou o modelo eclesiástico congregacional e a Shalom Comunidade Cristã, o presbiteriano. Além disso, os movimentos pentecostais não utilizam a conceituação de sacramentos na elaboração das suas práticas religiosas, por não privilegiar nenhum mandamento ou ordenanças bíblicas.

Por isso, adentremos nas especificidades de cada modelo, bem como nas suas práticas de ensino sobre o namoro, o casamento e o pós casamento dessas instituições, para que nos próximos capítulos possamos confrontá-los com as novas abordagens modernas da sociedade, no intuito de perceber até qual ponto a prática de ensino e a sua teoria é coerente no dia a dia do cristão.

## **1.2. Os Sacramentos no Catolicismo**

Na igreja Católica Apostólica Romana, foram estabelecidos sete sacramentos “a saber: o Batismo, a Confirmação, a Eucaristia, a Penitência, a Unção dos Enfermos, a Ordem

e o Matrimônio.” (Cat.1210). Esses sacramentos são divididos em três blocos, o primeiro corresponde ao sacramento da iniciação cristã, aquele pelo qual passa a criança recém nascida, que é o Batismo. Por ele “somos libertados do pecado e regenerados como filhos de Deus, tornamo-nos membros de Cristo, somos incorporados à igreja e feitos participantes de sua missão.” (Cat.1213) O batismo reforça a crença da igreja como o corpo místico de Jesus, sendo que ao passar pelas águas, a criança estará fazendo parte desse corpo, e portanto se aliançando com a igreja e com o próprio Cristo.

Para o catolicismo, o único pré-requisito para “passar pelas águas” é não tê-lo feito ainda, e com isso se torna comum o batismo desde a criança, pois seria apenas uma demonstração de interesse pelos pais, de aliançar o seu filho à igreja e à fé católica. E assim que chegar na adolescência pelo sacramento da “confirmação”, o jovem poderá confirmar a sua espiritualidade, por meio do rito de passagem da crisma, quando então recebe a “unção” que confirmará a sua conversão e a efusão do Espírito Santo, e com isso “a confirmação produz crescimento e aprofundamento na graça batismal” (Cat. 1303). E termina essa primeira etapa com o processo da eucaristia, que é a fase final da iniciação cristã, quando após passar pelo processo de confirmação da fé, o jovem terá direito de ter “comunhão” com o corpo de Cristo por meio do ritual eucarístico, também denominado como “ceia do Senhor”, sobre a qual a igreja católica também possui essa particularidade, comparado com as igrejas pentecostais e neopentecostais. Ao acreditar na “transubstanciação” do corpo de Cristo, ao se alimentar dele, o cristão receberá a vida espiritual do próprio Cristo.

O segundo bloco é formado pelos sacramentos da cura, pois o cristão estará sujeito às tentações e enfermidades do mundo, e para isso a igreja estabelece o processo para que este confesse seus pecados a um sacerdote regularmente, para receber o perdão e a conversão às regras de conduta moral da fé, bem como a oração intercessora para as enfermidades. Esse sacramento denominará como o sacramento da penitência e da reconciliação, quando o cristão decide voluntariamente procurar o sacerdote para que possa confessar os seus delitos, ritualmente termina por ocasionar maior ingerência e controle da igreja na vida privada desse indivíduo. A partir dessa confissão, o sacerdote indicará o caminho da penitência, ou seja, as atitudes que comprovam o arrependimento do cristão, bem como proclamará o perdão de Deus e a sua reconciliação com a igreja, sendo que essa penitência teria basicamente três formas: o jejum, a oração e a esmola (Cat.1434). O segundo sacramento desse bloco é “a unção dos enfermos” destinados àqueles com doenças perigosas que necessitam da cura milagrosa por meio da fé, “no curso dos séculos, a Unção dos Enfermos foi cada vez mais



conferida exclusivamente aos agonizantes. Por causa disso, recebeu o nome de ‘extrema-unção.’ (Cat.1512)

E o terceiro bloco é constituído pelos sacramentos de serviço da comunhão, estão inseridos os últimos dois sacramentos: Ordem e Casamento. É no sacramento da ordem que percebemos mais nitidamente a configuração da estrutura eclesial da Igreja Católica, denominada como Episcopal que, conforme Grudem (2009), é o governo dos bispos, onde o Pontífice Supremo é o Papa, que possui a prerrogativa de comandar toda a Igreja Católica, baseado na tradição, magistério e interpretação dos textos bíblicos.

É nesse momento em que o jovem cristão resolve cumprir com a missão de evangelismo concedido a ele, podendo portanto escolher dois caminhos. O primeiro caminho da ordem é o caminho do celibatário, quando ele escolhe se abster das relações sexuais e decide fazer parte do corpo dos que governam a igreja, e o primeiro passo a seguir é dos presbíteros, ou seja, se preparar para se tornar um “padre” em uma comunidade local.

Nessa ordem os presbíteros, tem a responsabilidade de serem “colaboradores da ordem episcopal”, sendo consagrados para “pregar o evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino” (AQUINO,2007, p.33), sendo aprovado e tendo o interesse de subir na hierarquia da igreja, o próximo nível sacerdotal é o bispado, para isso precisa ser reconhecido pelo sínodo dos bispos, que são realizados em cada nação, por pelo menos 3 bispos. Os bispos são considerados os sucessores os apóstolos e por isso fazem parte do governo da igreja, conforme atesta a constituição dogmática da igreja:

“Entre aqueles vários ministérios, que desde os primeiros tempos são exercidos na Igreja, conforme atesta a Tradição, o lugar principal é ocupado pelo múnus daqueles que, constituídos no episcopado, conservam a semente apostólica por uma sucessão que vem ininterrupta desde o começo” (LG 20)

Os bispos então têm o papel de governar a igreja, fazendo isso na primeira instância que é denominado como “sínodo dos bispos”, conforme descrito no Código de Direito Canônico (Cânon 330 a 348). Esse conselho de bispos, localizado em cada nação, tem a missão de gerenciar as dioceses, bem como ordenar presbíteros e diáconos para essas igrejas. Além disso, eles têm a missão de aconselhar e elaborar planos de ação para melhorar as abordagens com seus fiéis, juntamente com o colégio de Bispos internacionais. Esse colegiado está subordinado exclusivamente ao Bispo de Roma (Papa), e é nesse magistério que se elaboram as doutrinas, os dogmas e os atos litúrgicos; eles são a parte fundamental que sustenta o tripé da base doutrinária da igreja, a saber, a Tradição, a Bíblia e o Magistério. Ou

seja, eles têm o papel de interpretar a Bíblia, conciliar com a tradição católica para redigir os livros santos que regem toda a Igreja. Acima desse colegiado temos o Papa, com “poder ordinário, supremo, pleno, imediato e universal” (Cânon 333). Ele é assistido e escolhido pelo grupo de cardeais episcopal, que formam um colégio peculiar, cuja função é escolher o Papa e assisti-lo nos assuntos mais importantes da igreja.

O segundo caminho que o cristão, em sua juventude, pode escolher é do matrimônio, quando ele tem a missão de construir a base fundamental da sociedade: a família. Ao escolher esse caminho, o cristão pode servir apenas no diaconato, que possui a prerrogativa de “assistir ao Bispo e aos padres na celebração dos divinos mistérios, sobretudo a Eucaristia, distribuir a Comunhão, assistir ao Matrimônio ... pregar.... e serviços de caridade” (AQUINO, 2007, p.36). Esse sacramento atesta que o matrimônio é uma vocação natural a todos os homens e mulheres, e é uma criação divina.

Nesse sentido, o Catecismo afirma que ao constituir uma família, o homem e a mulher, estão instituindo uma figura do próprio amor de Deus à humanidade.

Diante disso esse sacramento estabelece as formas rituais do casamento, bem como o ensino sobre a importância da constituição familiar na sociedade, bem como os limites e possibilidades da vida conjugal e o enfrentamento das possíveis tensões por este gerado. Para a Igreja Católica o casamento é indissolúvel, após ser aceito por livre consentimento e consumado na noite de núpcias. A partir daí o Direito Canônico permite a separação física nos artigos 1151 a 1155, caso ocorra adultério, violência física ou psicológica ou abandono, porém não é concedido o divórcio, salvo em casos que o Tribunal Eclesiástico o conceda, após ser convencido sobre a nulidade do casamento, ou seja, um casamento que nunca existiu, segundo as possíveis hipóteses levantadas no Direito Canônico. Outro fator importante a ser mencionado, é permissibilidade da igreja entre o casamento misto, quando um dos cônjuges não possui a fé cristã, embora que seja advertido das possíveis tensões que esse acordo possa ocasionar. Por fim, é importante mencionar que na vida conjugal é proibido qualquer controle de natalidade ou concepção, bem como a inseminação artificial, por ir contra a coabitação natural e o seu objetivo procriador (Cat. 1651 e 2370).

No entanto, essa hegemonia do catolicismo é ameaçada a partir do século XVI, com a reforma protestante. Reforma essa, que anos antes já estava sendo pensada dentro da própria Igreja Católica, devido aos cismas e surgimentos de grupos que questionavam a autoridade Papal e as suas crenças, conforme aponta os historiadores Collisson (2006) e Mendonça (1998). Nesse trabalho, entretanto, seguiremos a definição de Mendonça (1998) sobre a Reforma Protestante, para este autor:

“todo o conjunto de instituições religiosas surgidas em consequência da Reforma Religiosa do século XVI nas suas principais vertentes que são a luterana e a calvinista e que procuram manter os princípios básicos que formam o princípio protestante da liberdade: a justificação da fé, a *sola scriptura*, o livre exame e o sacerdócio universal dos crentes.” (MENDONÇA, 1998. p.2)

Nesse sentido, Collinson (2006) e Boisset (1971) demonstram como ocorreu a expansão desse protestantismo em toda a Europa Ocidental sobre as influências do luteranismo e do calvinismo, iniciando-se na Alemanha e na Escandinava, e depois na Suíça e na França, perpassando por outros países da Europa como Escócia, Países Baixos, Hungria, onde desenvolveu forte influência na política e na cultura. Mas conforme já mencionado, foi no Estados Unidos que surgiram as principais influências na construção das duas igrejas pentecostais e neopentecostais, nosso objeto de estudo, a Igreja Assembleia de Deus Missão aos Povos e a Shalom Comunidade Cristã.

### **1.3. Pentecostais: origens e princípios dogmáticos**

No caso da Assembleia de Deus Missão aos Povos, seu início se dá a partir do desdobramento do movimento pentecostal no EUA, como já tratamos no início do trabalho. Foi justamente desse movimento pentecostal que surgiram os diversos concílios e reuniões entre as lideranças pentecostais, a fim de trocar experiências, organizar ensinamentos e práticas, a fim de que não perdesse a essência do movimento (RUMBLE, 1959). Foi justamente em uma dessas convenções das Igrejas Batistas Renovadas, em Chicago, que os missionários Daniel Berg e Gunnar Virgren decidem ir para a província do Pará, em 1911, e fundarem a Assembleia de Deus no Brasil, conforme aponta Hurlbut (2002).

Primeiramente eles se alojaram em uma das Igrejas Batistas na cidade de Belém, porém ao entrar em conflito com essa igreja tradicional, por utilizar em seus sermões a mensagem pentecostal, foram expulsos da igreja, juntamente com os irmãos que haviam sido convencidos sobre a experiência sobrenatural da efusão do Espírito Santo. Juntamente com esses missionários, esses irmãos começaram a se reunir na residência de Henrique Albuquerque, no bairro da Cidade Velha, quando adotaram a denominação de Assembleia de Deus (HURLBUT, 2002).

Porém, apenas em meados de século XX, a Igreja Assembleia de Deus se instalou em Uberlândia, no ano de 1939, com os missionários paulistas Pr. Honório Tostes e Gustavo

Bergstrom. Devido ao seu caráter pentecostal e pioneiro no Brasil, essa igreja investiu em programas radiofônicos e cruzadas evangélicas em praças e estádios, ocasionando um crescimento vertiginoso nas décadas seguintes, levando a conversão de diversas pessoas, principalmente das classes mais baixas (HURLBUT, 2002).

Com isso, esta igreja pentecostal adotou o modelo congregacional para gerenciar as suas diversas igrejas espalhadas no Brasil. Esse modelo visa a independência de cada congregação, pregando a democracia nas principais decisões da igreja, quando os membros se reúnem a pedido do pastor responsável, conforme caracterizado por Grudem (2009) e confirmado no Estatuto da Igreja, onde podemos ler o seguinte:

“ A Assembleia Geral de Membros, órgão máximo e soberano da igreja, o qual composta pelos membros em comunhão, reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente da diretoria ou seu substituto legal, na Sede da Igreja, em sessão ordinária, um vez por mês, e extraordinariamente sempre que for necessário, com poderes para resolver quaisquer negócios da igreja, inclusive, aprovar, reprová-la, ratificar ou retificar os atos de interesse da igreja.” (Artigo 27, Estatuto da Assembleia de Deus Missão aos Povos em Uberlândia)

Esse modelo gerencial permite a autonomia da congregação sede tomar as decisões disciplinares, financeiras e doutrinárias sob a avaliação do Pastor Presidente, juntamente com o seu rol de membros, por meio das assembleias ordinárias. Sob essa configuração, o corpo eclesial é constituído pelos seguintes cargos: primeiro o Pastor Presidente, indicado pelo conselho de pastores e eleito nessa Assembleia Geral, cujo dever é de direcionar a igreja em seus objetivos e aplicação bíblica, realizar as reuniões do ministério, fazer cumprir o Estatuto da Igreja e estabelecer diretrizes para os ministérios. Após este, temos os ministros auxiliares compostos por pastores, evangelistas, presbíteros e diáconos, cuja função principal é dirigir os cultos na congregação (Artigos 8 ao 19 do Estatuto da Igreja).

Ao cumprir essa ordem hierárquica, o membro que deseja ingressar na carreira eclesial iniciará como diácono e, à medida que for desenvolvendo espiritualmente e for agregando funções ao seu chamado, será indicado pelo pastor da congregação para assumir uma nova posição na hierarquia da igreja. Quanto à prática de ensino, se dá por meio da “Escola Dominical”, aos domingos pela manhã, onde é possível presenciar os seguintes ensinamentos: proibição do casamento misto, a sexualidade como procriação, o papel da mulher no casamento, o casamento indissolúvel, algumas possibilidades para o divórcio, exacerbação na guerra espiritual e preocupação com os movimentos sociais, entre outros. Por isso, se faz necessário um estudo minucioso dessas diretrizes sobre o casamento, a fim de

verificar as rupturas e continuidades que os conceitos de casamento e da família são entendidos e praticados entre os fiéis, sendo que tais discussões serão ampliadas nos próximos capítulos.

A Shalom Comunidade Cristã iniciou-se com missionários norte-americanos Harry e Hellen Scates. Esses missionários tinham berço em igrejas tradicionais na cidade de Colorado, conhecida como Pear Park Baptist em Parachute, conforme relatam em sua autobiografia intitulada como “Uma Jornada de 50 anos”:

“Eu e Helena fomos criados numa igreja histórica (tradicional). Fomos treinados em institutos bíblicos que ensinavam que os dons se ausentaram da igreja no fim do primeiro século. Nossos pais eram de igrejas históricas, nossas famílias, a missão e as igrejas que nos enviaram para o Brasil criam firmemente na posição histórica... No Brasil as igrejas pentecostais eram as maiores e nos anos 60 quando chegamos, algumas igrejas históricas como Batista, Presbiteriana, Metodista e Episcopal estavam abrindo-se para a busca e a prática dos dons espirituais. (SCATES, 2009 p.107)”

Foi então que a partir desses relacionamentos com outros ministérios pentecostais que na década de 70, os missionários e seus filhos naturais e adotivos tiveram a experiência pentecostal, e resolveram mudar para Uberlândia para iniciar um trabalho evangelístico por meio de reuniões de oração em sua escola de Inglês chamada Escola Speak English, no centro da cidade.

Embora tenham escolhido não impor aos novos membros nenhum tipo de restrições comportamentais, a cultura do fundamentalismo bíblico se tornaria presente nos ensinamentos sobre namoro e casamento entre seus membros. Tal cultura é bastante perceptível em revistas de ensino denominadas hoje como “Escola de Vencedores”, onde ensina-se o novo membro como atingir a maturidade da fé.

Esse curso é dividido em três níveis, com uma duração de 3 meses cada nível, tendo duas revistas por trimestre. Dando um breve relato sobre a cultura de namoro/casamento ensinado por essa igreja, a revista “Escola de Vencedores: Família, nível 1” ministrada no primeiro nível, ensina o jovem como deve proceder para iniciar um relacionamento dentro da igreja: o garoto acima de 18 anos tem permissão de cortejar garotas acima de 15 anos, e quando descobrir o sentimento pelo sexo oposto, o (a) jovem deve procurar o seu líder imediato para que este avalie a maturidade emocional, financeira e espiritual, e conceda ou não a liberação para o início do processo de relacionamento. Esse processo é dividido em três partes: na primeira parte os jovens ficam de 2 a 3 meses em oração, sem nenhuma

comunicação, para que possam provar o sentimento e descobrir a vontade de Deus para ambos.

Ao completar esse período, os líderes conversam com o casal e caso haja convicção de que irão manter um relacionamento para casamento nos próximos 2 a 3 anos, passam para o segundo momento. Este consistirá em uma maior liberdade para o casal em se encontrar em suas casas ou lugares públicos afim de conversarem sobre seus projetos de vida, afinidades, conhecimento do ambiente familiar e para a leitura de livros e da bíblia para ajudarem em suas dificuldades morais e espirituais, sendo que nesse momento não podem ainda ter nenhum contato físico ou andar de mãos dadas, como namorados, esse período dura de 2 a 3 meses.

Ao completarem esses dois primeiros momentos, o casal é apresentado para toda a igreja, para que seja liberado o contato físico do casal, mas com toda cautela. Quando falo de contato físico, eu digo andar de mãos dadas e beijos de cumprimentos (selinhos), para que não possa ocorrer de ter relações sexuais antes do casamento. (Revista Escola de Vencedores: Família Nível 1 Lição 9). Além disso, nas apostilas de curso de noivos e curso de casamento é possível identificar os seguintes ensinamentos: proibição do casamento misto, liberdade e incentivo aos métodos contraceptivos, a sexualidade vista também como prazer para o casal, papel do homem e da mulher no casamento, o casamento visto como indissolúvel, e abertura para processos de divórcio, entre outros. Sendo que tais assuntos serão ampliados também nos próximos capítulos.

A Comunidade Cristã Shalom adotou um modelo de governo conhecido como Presbiteriano, pois conforme conceituado por Grudem (2009), os presbíteros elegem alguns pastores anciãos para ter autoridade de governo na igreja, esse grupo decide juntos sobre as questões doutrinárias, disciplina e financeira de todas as igrejas filhas e afins por todo o território brasileiro. Os presbíteros, são: Harry e Helen Scates, Hiroky Maruyama, Humberto Dias, Marcos Pereira, Silvio dos Santos Moura, Silvio Ferreira e Uécio Gomides, sendo que o Coordenador do Presbitério é o Humberto Dias (Revista Escola de Vencedores: Edificação. Nível 2, Lição 11). Além desses, a igreja conta com mais de 20 pastores auxiliares que tem a responsabilidade de aconselhar os membros, coordenar as reuniões nos templos e acompanhar os líderes das células. Além dos líderes e pastores, temos os diáconos que servem na organização estrutural do culto, contudo não é pré-requisito ser diácono para chegar no cargo de pastor, como vimos na Assembleia de Deus Missão aos Povos. Outra diferença a ser ressaltada é a função desempenhada pelos presbíteros na Shalom Comunidade Cristã, pois no modelo presbiteriano eles são responsáveis pelo governo da igreja. Já no episcopal, da Igreja

Católica, e no congregacional, da Assembleia de Deus Missão aos Povos, são apenas dirigentes das congregações.

Portanto, percebe-se uma inversão de conceitos nos cargos de pastor e presbíteros entre a Comunidade Cristã Shalom e as outras duas Igrejas: Assembleia de Deus Missão aos Povos e Igreja Católica. Na Comunidade Cristã Shalom, os presbíteros ocupam cargos de governo, enquanto seus pastores são dirigentes das congregações, estando hierarquicamente abaixo dos presbíteros. Na Assembleia de Deus Missão aos Povos os pastores ocupam cargos de governo em suas congregações e os presbíteros são seus auxiliares. A mesma lógica ocorre na Igreja Católica, onde os padres ocupam a função de dirigentes em suas igrejas.

## **2. NAMORO E CASAMENTO: PRÁTICAS CULTURAIS E SUAS RUPTURAS E CONTINUIDADES**

No universo religioso cristão, institui-se a igreja como um lugar sagrado. Esse lugar, conforme vemos em Eliade (1995) e Caillois (1950) é o lugar dos ritos, das doutrinas e dogmas que procura orientar e controlar o homem religioso, é nesse lugar que o sagrado se manifesta e se torna sensorial para aqueles que submete a sua racionalidade a sua fé. Para Eliade (1995) existem dois modos de ser no mundo: o homem religioso e o não religioso. Para ele o homem religioso transforma todas as suas experiências naturais em algo sagrado, interferindo nas atitudes básicas da vida, como a alimentação, a sexualidade, o trabalho e outros, sendo que “um tal ato nunca é simplesmente fisiológico; é, ou pode tornar-se, um ‘sacramento’, quer dizer, uma comunhão com o sagrado. (ELIADE,1995, p.20). Segundo o autor, ele institui o lugar sagrado como o “centro do mundo”, o lugar aonde fica mais perto dos deuses e portanto suas atitudes são direcionadas segundo a religião, a fim de se aproximar cada vez mais desse lugar sagrado, tornando assim o tempo e espaço não homogêneo.

Nesse sentido, Roger Caillois também define o homem religioso como “aquele para quem existem dois meios complementares: um onde ele pode agir sem angústia nem tremor, mas onde a sua ação não compromete senão a sua pessoa superficial, e outro onde um sentimento de dependência íntima retém, contém e dirige cada um dos seus impulsos e onde ele se vê empenhado sem reserva.” (CAILLOIS, 1950, p.19).

O sagrado é definido como o espaço e o tempo de Deus; e o profano aquele que é o “restante” ou alheio à sacralidade, constituído pelo natural, fisiológico, racional e, em última instância, aquilo que é impuro. Eliade afirma que a experiência de vida do homem religioso e do a-religioso são completamente diferentes, sendo que o primeiro procura estabelecer um propósito de vida cheio de significados e missões, e o segundo vive em mundo esvaziado, firmado na racionalidade e nos seus interesses pessoais. Porém, segundo Sérgio da Mata (2010) e Afonso di Nola (1987) os conceitos de sagrado e profano, podem ser compreendidos ao mesmo tempo, como um processo contínuo e de ruptura. Isso porque o homem moderno tem se aproximado cada vez mais da racionalidade, laicização e secularização do mundo, interferindo assim em suas experiências religiosas.

Nesse sentido, vamos apresentar como as igrejas: Shalom Comunidade Cristã, Assembleia de Deus Missão aos Povos e a Igreja Católica; conceituam, doutrinam e legislam



sobre o casamento e o namoro, dentro do seu espaço religioso. Sendo que na medida em que apresentaremos as suas diferenças e semelhanças, nos aproximaremos dos conceitos, para compreender como foram elaborados e que influências culturais, sociais e políticas sofreram durante a história cristã no Brasil. Com isso, investigaremos, como em alguns casos, ocorreram rupturas, com a chegada da era moderna e da urbanização; e em outros casos, como a cosmovisão medieval ainda permanece em algumas instâncias na mentalidade do homem religioso.

É circunstancial a compreensão dessas formas de relacionamento durante a história. Pois ao perceber como a modernidade promove uma maior liberdade entre os casais, alterando os papéis do homem e da mulher na sociedade e na relação conjugal; bem como, incentivando a paixão e o amor carnal nos limites do casamento, permitindo a livre escolha do cônjuge e a possibilidade do divórcio; mudando a maneira de ser do casamento e da sua funcionalidade social e política na sociedade, e com isso seus conceitos são revistos e transformados (MONTES, 1998; DEL PRIORE, 2006).

Para isso, começaremos a partir do nosso recorte temporal, entre os anos 90 a 2010, para que depois possamos aprofundar nas construções desses conceitos historicamente.

## **2.1. O namoro sob a liberdade e o namoro cristão**

O namoro, enquadrado nos ditames da modernidade, está inserido em um mundo pautado pela liberdade, secularização e laicização da sociedade. Pois conforme afirma Montes (1998) a igreja perdeu a capacidade de ser o centro determinante nas decisões cotidianas da sociedade, e ganhou espaço a liberdade individual. Corroborando com essa visão, a historiadora Mary Del Priore, afirma que o advento da industrialização, e a multiplicação dos lugares sociais de encontro dos jovens, permitiu uma nova forma de namoro a partir da primeira guerra mundial, levando as moças a terem liberdade de andar em lugares públicos, escolher e flertar com os rapazes, e estabelecer uma intimidade maior durante o teatro, os bailes, o cinema e outros lugares de associação, começando a aparecer, timidamente, uma liberdade maior dos casais.

Apesar disso, o namoro ainda permanece com um caráter bastante conservador, principalmente nas classes médias e altas, sendo visto como um processo preparatório para o casamento, realizado dentro de casa, com todo o pudor e vigilância dos pais. Porém, na medida que vamos chegando perto do século XXI, a intimidade dos namorados vai ganhando

cada vez mais liberdade sexual, como a frequência em bailes dançantes, a cultura do namoro temporário, o beijo na boca prolongado, incluindo o beijo de língua e o questionamento da importância da virgindade.

Segundo a autora, essa liberdade é incentivada nas novelas, filmes, literatura e nas músicas da época, onde os jovens possuem maiores liberdades nas cidades, advindos da crise rural e da quebra do sistema patriarcal.

O contato físico estreitava-se. No cinema e nas revistas multiplicavam-se as fotos de artistas, olhos nos olhos, perdidos de “paixão”. Nas telas, os beijos eram sinônimo de final feliz. Beijos tornam-se mais demorados, uma verdadeira arte da sucção bucal instala-se e todos a imitam. (DEL PRIORE, 2006, p.301)

A proliferação desses novos costumes no namoro, a partir dos anos 30, no Brasil, fez com que as igrejas cristãs reelaborassem códigos de conduta para definir como deveria ser o namoro cristão, para direcionar os jovens para a santidade antes do casamento (MONTES, 1998). Nesse sentido, perceberemos as continuidades e rupturas evocadas nos ensinamentos cristãos, sendo que algumas igrejas evocam os costumes enraizados pela cultura judaico-cristã na sociedade ocidental, praticados até o século XX; e em outras há uma aproximação maior dessa liberdade individual, conquistadas por meio das lutas e reivindicações feministas por igualdade de direitos e dos processos de urbanização da sociedade contemporânea (DEL PRIORE, 2006 ; MONTES, 1998).

Tomemos como exemplo o ensino da Igreja Shalom Comunidade Cristã sobre o namoro cristão. Na revista da “Escola de Vencedores”, do primeiro nível, cujo subtítulo é “A família”, na lição 9 sobre “O jovem e a vida sentimental” podemos ler as seguintes instruções:

Vivemos em uma sociedade extremamente permissiva e pecaminosa, onde os valores morais têm sido rejeitados ao ponto de o certo ser considerado errado e o errado, certo... Deus exige de seus filhos um comportamento completamente diferente do mundo, e que fujam de toda forma de imoralidade. De acordo com a vontade de Deus, o casamento é a união de um homem e uma mulher para que os dois se tornem um, e Deus dirige aqueles que confiam nele para a pessoa certa.

Essa direção que seria dada por Deus para o/a jovem escolher a pessoa correta é realizada a partir do cumprimento de cinco critérios que determina se está no momento correto de iniciar essa procura ou de iniciar o namoro dentro da igreja. Os critérios são: 1) Idade para Meninas 16 anos e Meninos 18 anos, e maturidade física, emocional e espiritual; 2) O homem ter um trabalho e empenhar-se por uma profissão (a garota também é incentivada ao mesmo, porém não desabilita a possibilidade do namoro se só o homem tiver encaminhado profissionalmente); 3) Ter convicção da vontade de Deus ; 4) Buscar o apoio e aprovação dos pais e cobertura dos pastores e líderes; 5) Fugir do relacionamento desigual no quesito religioso. Sendo que quem avaliará esses critérios serão os pais, os líderes e os pastores. A partir da aprovação desses critérios, o jovem entra em um processo de relacionamento que perdura entre 4 a 6 meses, que ocorrerá da seguinte forma:

- 1) Quando houver um sentimento os jovens terão liberdade para procurar o / a interessado (a) ou mesmo os pais e o (a) pastor para fazer o primeiro contato.
- 2) Existindo o sentimento de ambos, os jovens terão um tempo para orar – dois a três meses separadamente ( sem nenhum contato telefônico ou pessoal) e depois juntos pelo mesmo período para a confirmação.
- 3) Depois disso o relacionamento será apresentado para a Igreja o compromisso para casamento. (Orientando um período de até 2 anos para o casório).
- 4) Todo tipo de carícias e intimidades físicas, como abraços e beijos, deverão ser reservadas para depois do casamento. ( Revista Escola de Vencedores, Família, lição 9)

Nesse tipo de orientação podemos verificar alguns pontos relacionados com a permanência da cultura ocidental cristã. Primeiramente podemos destacar é a exaltação da virgindade e o ascetismo que permanece como eixo central da moral cristã, desde a sua fundação. Segundo Peter Brown (1988) e Ronaldo Vainfas (1986) a castidade é colocada acima do desejo, do relacionamento conjugal e do casamento até o século XII.

Nesse período, os teólogos da era patrística defendiam que o cristão tem um compromisso firmado com o Espírito Santo, o qual ele não poderia dividir seu corpo com mais ninguém, por ser morada do Espírito Santo. Com isso, baseados nas instruções das cartas paulinas, consideravam o desejo algo pecaminoso e fruto da queda de Adão e Eva. Para eles, o grande exemplo de santidade seria a própria Maria, que concebeu Jesus sem passar pelo coito e pela luxúria. No primeiro século d. C., até os casados eram estimulados a permanecer castos, longe do relacionamento sexual, a fim de estar mais próximo do seu Deus. Os homens iam para o deserto, e as mulheres eram enclausuradas em casas ou grupos de ajuda de mulheres ricas, a fim de evitar a tentação carnal e permanecerem celibatárias.

Contudo, para Peter Brown (1988) esse pensamento era de uma minoria, pois no império romano havia uma necessidade demográfica, sendo que a procriação e o casamento tinham papéis sociais importantes. Era por meio dele que surgiam os filhos legítimos e se mantinham a base da sociedade romana, pois com as constantes guerras e doenças, a expectativa de vida da população era por volta dos 25 anos. Apenas com a manutenção das famílias, que tinham em média 6 filhos, poderia preservar-se a sociedade romana. Entretanto, a influência teológica se tornaria cada vez mais poderosa dentro da igreja, à medida que ela vai se expandindo e conquistando mais fiéis, até se tornar uma potência política e dominar a mentalidade medieval.

Mesmo com Agostinho defendendo o casamento como algo dado por Deus, o desejo é criminalizado até o século XI, quando se inicia na Europa Ocidental uma literatura que exaltava o amor cortês e espiritual por meio dos trovadores e o amor carnal por meio da literatura cavaleiresca (VAINFAS, 1986; DEL PRIORE, 2006). Esse caráter de culto ao

celibato permanece então até o século XII, quando o casamento se torna institucionalizado pela Igreja Católica, como veremos no segundo tópico desse capítulo.

A partir desse momento, a igreja procura racionalizar o amor, transformando o casamento como meios de conquistas políticas e econômicas. O casamento, como uma moeda de troca, perdurará até a modernidade, bem como os costumes normativos que visavam demonstrar uma família com valores morais cristãos. Segundo Mary Del Priore, é possível encontrar, no Brasil, essa mentalidade bastante presente ainda na primeira metade do século XX. Após as Grandes Guerras, e o advento da industrialização como uma alternativa para saída das crises agropecuárias, formam-se cidades urbanizadas completa de emigrantes rurais e imigrantes, permitindo assim a aparição de casais que escolheriam a partir do amor recíproco, e não visando somente fins políticos e econômicos. Nesse momento surgem as primeiras feministas que defendiam o amor livre, uma transformação do papel da mulher e uma maior liberdade pública. Porém, a cultura familiar ainda é bem enraizada na mentalidade popular, produzindo um discurso que resiste a qualquer implementação ideológica que denigre a imagem da família nuclear e do casamento. Para isso, a autora disse que nesse período o amor é domesticado, ou seja, o namoro é realizado dentro do lar, ou dentro de um sistema normativo que visava o respeito e a pureza do relacionamento. Conforme apresenta a autora:

Todo um dispositivo de controle se colocava, então, em funcionamento a fim de preservar a reputação e a honra da moça, representada pela virgindade, bem supremo de troca no matrimônio burguês. Para evitar tentativas eróticas, os passeios eram acompanhados e só duravam até nove horas da noite, limite para voltar para casa. O tiro das nove, disparado em um velho forte de Salvador, por exemplo, era um marco para os namorados da cidade recolherem-se. No caso de defloração ou gravidez o “desastre” era punido com casamento imediato ou sentença judicial. (DEL PRIORE, 2006, p.297)

Com isso, a autora demonstra que a mentalidade cristã da família é a base dos relacionamentos daquela sociedade. As mulheres consideradas de má índole, que se entregava aos bailes e ao amor livre, tinham dificuldades de casarem por serem rejeitadas pelos rapazes. E segundo a autora, permanecer “solteirona” era um sinal de fracasso na vida, pois a família é considerada como o papel mais nobre da mulher. Sendo assim, percebemos que a visão de namoro da Shalom, é muito conservadora, aproximando dessa mentalidade de valorização da família nuclear cristã.

Nesse processo de relacionamento, o jovem desde o momento que percebe o sentimento, precisa submetê-lo a julgamento da sua consciência, a autoridade paterna e dos

seus líderes religiosos. Sendo que na primeira parte do processo é mantido à distância para que possa colocar a prova o seu sentimento, sendo de certa forma à maneira do amor cortês medieval; afim de conseguir separar o amor-paixão do amor verdadeiro, pois segundo o apóstolo Paulo, o amor verdadeiro “tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta” (Bíblia Sagrada King James Atualizada 1 Coríntios Capítulo 13 Versículo 7). E no segundo momento, é dada a oportunidade de conhecerem a família, quando é reafirmado o propósito de casamento, além de desenvolver um namoro amizade, quando os jovens são orientados a manterem distância de qualquer tipo de carinho e caricias, não permitido nem andar segurando as mãos, ou saírem sozinhos.

É importante ressaltar que essa visão de namoro cristão da Shalom fazia parte do campo doutrinário da igreja, entre o período de 1990 a 2010. Sendo que os indivíduos que não se submetessem ao processo de namoro eram excluídos da comunhão com outros jovens e, dependendo do caso, poderiam ser excluídos da igreja. Porém na ata de reunião dos líderes realizada no dia 06/11/2018, a igreja abre para algumas exceções nesse processo de relacionamento:

- A) Exceção 1: Se algum rapaz (18 anos) ou moça (16 anos) batizados que não andarem nos critérios apresentados pela Igreja, envolvendo o tempo de 4 meses acima explicado, mas tiverem o apoio dos pais eles serão respeitados e orientados nas leituras, orações, jejum, a andarem em santidade, serão anunciados com essa informação do apoio dos pais e a partir de agora não sairão mais da Rede de Jovens nem da célula e serão acompanhados pelos pais.
- B) Exceção 2: No caso de namoro de jovens, onde um deles é convertido e batizado, e o outro não é convertido e que os pais são da igreja e apoiam mesmo assim, eles ficarão na responsabilidade dos pais, pois não há um apoio bíblico para igreja apoiar jugo desigual. De todo jeito, os pais devem ser orientados a trabalhar a conversão do que não é convertido e levá-lo ao batismo para somente depois poderem receber cobertura e orientação da igreja. Esse relacionamento não será anunciado na Rede Jovens e na Igreja mas poderão ficar na Rede de Jovens e na célula.)
- C) Exceção 3: No caso de Jovens batizados que querem se relacionar, mas ambos com idade inferior a 18 anos (rapaz) e 16 anos (moça), se tiverem o apoio dos pais que são da igreja, isso será respeitado. Este relacionamento será anunciado com esta ressalva e os pais serão os únicos responsáveis por esse namoro. Neste caso os dois poderão continuar na rede de jovens e na célula.
- D) Outras exceções devem ser avaliadas com os pastores de cobertura e com o presbítero responsável. (Ata de Reunião Realizado no dia 06/11/2018 na Igreja Shalom Comunidade Cristã)

Ao analisar essa fonte, percebemos que com essas exceções o namoro cristão na Comunidade Cristã Shalom assume um novo contorno social, ao transferir o namoro para o mundo privado da família, responsabilizando os pais a adotarem as medidas de repreensão que acharem adequadas. Essa abordagem se aproxima mais da nova configuração da

sociedade contemporânea, quando a privacidade e a liberdade são valorizadas, bem como a ingerência da igreja é conduzida de forma menos fechada e mais fluída.

Para Del Priore (2006), esse tipo de namoro começará a aparecer no Brasil já no Império, dentro dos templos religioso. Pois era o lugar onde o mundo da rua e o mundo da casa se encontravam, e poderia surgir os primeiros tipos de flerte.

A autora afirma que:

No Brasil, as missas do século XVIII eram animadas por toda a sorte de risos, acenos e olhares furtivos, transformando, para desgosto dos bispos reformadores, as igrejas em concorridos templos de perdição. A luz bruxuleante, as arcadas e as colunas e os múltiplos altares laterais ofereciam recantos resguardados da curiosidade alheia, onde se podia até mesmo tentar gestos mais ousados, como um beijo ou um aperto de mão. A costumeira reclusão das donzelas de família e a permanente vigilância a que estavam expostos todos os seus passos, tornavam missas, procissões, ladainhas e novenas ocasiões sedutoras, para as quais contribuíam os moleques-de-recados e as alcoviteiras, ajudando a tramar encontros. (DEL PRIORE, 2006, p.41)

Esses namoros realizados de longe, e dificultado pelos pais chegaria até a meados do século XIX, que segundo a autora o homem teria permissão de falar com a moça, só após pedir em casamento, e mesmo quando eram noivos eram bastante vigiados pelos amigos e parentes. O casamento deveria ser rápido e o pai da noiva era responsável pelo pagamento do dote, e portanto permaneceria a concepção de casamento entre iguais, no aspecto social e político, e portanto o aval do pai da noiva para o início do namoro era avaliado segundo critérios econômicos, para beneficiar a família. É por isso que a autora demonstra que na segunda metade do século, começa a aparecer nos jornais notícias de raptos da noiva, como uma forma de resistência a essa imposição patriarcal, ou no caso quando o pai da noiva orquestrava esse rapto era como meio de fugir da responsabilidade da festa e do pagamento do dote (DEL PRIORE, 2006, p.151).

Percebe-se assim a busca pela permanência desse amor romântico desenvolvido no século XIX, quando o namoro é compreendido mais com um namoro amizade, realizado à distância para manterem o compromisso com a castidade antes do casamento. Casamento esse que deverá ocorrer, normalmente, nos próximos dois anos.

Essa doutrina sobre o namoro cristão desenvolvida pela Comunidade Shalom foi estabelecida a partir da década de 80, quando o Fundador Harry Scates, diante de um episódio específico de aconselhamento, precisou lidar com uma gravidez antes do casamento, por um casal de namorados. No intuito, portanto, de combater a liberdade e proteger a família

tradicional das ameaças das novas condutas morais contemporâneas, o missionário resolveu construir um dogma sobre o namoro cristão.

Esta situação estava em alta devido à revolução sexual e movimentos feministas nascidos a partir da descoberta da pílula anticoncepcional e a busca pelo amor livre do movimento hippie. Segundo Mary Del Priore, essa fase consegue flexibilizar alguns aspectos da normativa cristã de namoro da sociedade, por meio da multiplicação dos canais de comunicação, literatura e aparatos tecnológicos. A autora salienta que nesse período houve uma progressiva flexibilização da moral sexual, levando a vulgarização do valor da virgindade e a desarticulação de padrões morais cristãos impostos pela família. E com isso, o amor e o prazer sexual começa a adentrar na mentalidade da sociedade, permitindo novas formas de expressão da sexualidade, tanto no namoro como no casamento. Por exemplo, o beijo se torna mais prolongado, a vergonha se esvai, novas posições sexuais são estimuladas e a vestimenta mais sensual aparece. “As mulheres começavam a poder desobedecer às normas sociais, parentais e familiares.” (DEL PRIORE, 2006, p.322).

Uma última observação sobre o tratamento do namoro cristão na igreja Shalom é importante salientar. Quando terminam as fases preparatórias para o início do namoro, os jovens são apresentados para toda a igreja, em um clima de festa: convida-se toda a família, distribuem-se apitos e balões, e ao subirem no altar, soltam-se fogos de artifício. Essa festa tem o objetivo de reforçar a moral cristã para o namoro, e estimular os jovens da igreja a desejarem o compromisso para casamento. Demonstrando assim uma resistência à cultura revolucionária da sexualidade, e ao mesmo tempo um estímulo ao casamento e à castidade.

Uma outra lógica parece ser aplicado na Assembleia de Deus Missão aos Povos, pois ali o namoro não é tido como parte doutrinal da igreja, permitindo uma maior liberdade dos jovens na escolha e no convívio do namoro. Segundo Prates (2014), Pesch (2016) e Marinho (2017), pesquisadores da conduta de jovens assembleianos, a paquera e o namoro surgem em ambientes religiosos, seja ele nos cultos de jovens, nos congressos ou no momento após o culto dentro da igreja. Sendo que a valorização da família e do casamento é bem enraizado entre a mocidade, levando os jovens a esperarem de Deus a revelação do “escolhido (a)” para ser o futuro cônjuge. Quando encontram essa pessoa, inicia-se uma aproximação e possíveis pedidos de namoro, que variam segundo a tradição individual da família dos jovens, principalmente dos da moça. Relatos orais descritos pelos autores demonstram que no convívio do namoro, a exigência da igreja é a abstenção sexual antes do casamento, porém não existe uma orientação específica dos limites das carícias durante o convívio do namoro.

Sendo principalmente função da garota reprimir atitudes que levariam à tentação sexual, pois dela é cobrada uma boa reputação para conseguir um bom casamento.

É possível encontrar alguns desses ensinamentos também nas “Revistas da Escola Dominical”, que ocorre semanalmente em todas as congregações. Na “Revista Família: Alicerce da sociedade”, na décima segunda lição para ser dada na escola dominical em 19 de dezembro de 1993, o autor afirma que “Nem os pais e nem a igreja devem interferir na vontade dos filhos quanto ao casamento.” (p.44). Já em 2004, na lição sobre namoro, noivado e casamento, a igreja define o namoro como “uma fase de conhecimento social e amoroso entre um homem e uma mulher que pretendem se casar.” (Revista Escola Dominical: Família Cristã – Eu e a minha casa serviremos ao Senhor, Lição 3).

Segundo Maria Del Priore, conforme já vimos, o início do século XX permitiu uma maior liberdade de escolhas dos cônjuges, baseado no amor recíproco, porém essa mentalidade do pudor, do amor domesticado permaneceria na sociedade até a segunda metade do século, com a revolução sexual. Com isso, percebe-se que as igrejas protestantes procuram a permanência desses valores em seus ensinamentos, principalmente a cobrança ativa da atitude feminina como um freio na paixão carnal no namoro. “Cabia especialmente à jovem reprimir as tentativas desesperadas do rapaz, conservando-se virgem para entrar de branco na igreja.” (DEL PRIORE, 2006, p.304). Essa cobrança é fruto de uma mentalidade advinda do século passado, em que apenas ao homem é destinado o prazer, por acreditar-se que ele tem uma maior dificuldade de controlar seus impulsos sexuais, do que a mulher. Por isso, era aceitável e aconselhável que o homem tivesse experiências sexuais, que o tornaria experiente, enquanto a moça precisaria manter a sua boa reputação para conseguir um bom casamento. Conforme veremos no seguinte trecho:

“relações sexuais de homens com várias mulheres não só eram permitidas, como frequentemente desejadas. Tinha-se horror ao homem virgem: inexperiente. Os rapazes procuravam aventuras com as “galinhas ou biscates” com as quais desenvolviam todas as familiaridades proibidas com as “moças de família”. Sua virilidade era medida pelo número e desempenho nessas experiências” (DEL PRIORE, 2006, p.308)

É claro, que nas igrejas pentecostais e neopentecostais essas atitudes masculinas eram desaconselhadas e até mesmo punidas. Porém a mentalidade machista de que a responsabilidade de reprimir os impulsos sexuais no namoro/noivado era destinado a boa moça, ainda é presente nessa igreja. Um dos exemplos que é visto sobre isso, segundo Marinho (2017) é o grau de ascetismo nos usos e costumes, proibindo seus membros de utilizar roupas



“inadequadas” ou terem acesso a lugares públicos, conforme podemos perceber na orientação dada na “Escola Dominical” em 1993: “ O cristão deve ter cuidado com seu modo de vestir e de andar diante do sexo oposto. O (a) irmão (a) faz parte daqueles que vivem nos balneários, nas praias, onde se propaga o nudismo.” (Revista Família, Alicerce da Sociedade, Lição 4 p.14).

Um segundo ponto importante a ser demonstrado, que é próprio das duas igrejas pentecostais e neopentecostais, é a exigência de namoro entre os iguais, próprio desde a idade média na Europa, e bastante frequente no Brasil no século XIX, quando exigia-se semelhanças econômicas, sociais e políticas na escolha do cônjuge (DEL PRIORE, 2006). No caso das igrejas pentecostais e neopentecostais estudadas, a exigência se dá na semelhança da fé, da religião e da igreja; do caráter, da idade e estrutura socioeconômica. Conforme vemos na “ Revista da Escola Dominical: Família Cristã – Eu e a minha casa serviremos ao Senhor. Lição 3. Segundo Trimestre, 2004) redigido nos seguintes termos:

## II. O JUGO DESIGUAL NO NAMORO, NOIVADO E CASAMENTO (2Co 6.14)

Não está dito “o jugo”, como se fosse um só, mas “um jugo”. Jugo é um implemento de trabalho, tipo canga, que se unem os bois para puxarem o arado ou o carro. O “jugo desigual” do qual fala o texto bíblico, ocorre quando se coloca no mesmo jugo animais de espécies diferentes, o que é proibido na lei de Deus (Dt 22.10; Lv 19.19). Esses animais são também diferentes no tamanho, na altura, no passo, na força, na alimentação etc. Em 2 Coríntios 6.14-17, a Bíblia, usando o termo jugo figuradamente, apresenta lições práticas preventivas para a vida do crente, a fim de que este evite a antibíblica e pecaminosa comunhão com o descrente. Este pode tornar-se “bonzinho” e até mesmo “quase crente” para conquistar o pretendente ao namoro, mas jamais mudará de vida, como está escrito em João 3.3,5 e 2 Coríntios 5.17.

1. Jugos desiguais na vida. Alguns desses casos podem não parecer jugos desiguais agora, mas se não forem evitados hoje no namoro e no noivado, eles levarão a um casamento problemático, indesejável e infeliz.

a) O jugo desigual da fé, da religião e da igreja. A ordem divina contrária é bem clara em textos como Deuteronômio 7.3,4; Esdras 9.2,12; Neemias 13.25. A doutrina bíblica é esclarecedora: “Casar com quem quiser, contanto que seja no Senhor” (1Co 7.39). O namorado incrédulo não tem compromisso com a doutrina bíblica, com a vontade de Deus, com a santidade, com a pureza de atitudes.

b) O jugo desigual do caráter. Quando lemos Mateus 5.13,14 e Filipenses 2.15; 4.8, temos a certeza de que o caráter cristão não se coaduna com o caráter tortuoso de quem não teme a Deus.

c) O jugo desigual da idade. Se a diferença de idade é descabida, absurda e inadmissível, num curto prazo isso se transformará num jugo entre os dois. A idade, no seu devido tempo, afeta na pessoa as suas emoções, a cosmovisão da vida, o comportamento social, a vitalidade, a mentalidade, etc.

d) O jugo desigual socioeconômico. Não parece, mas se isso não for amplamente abordado no devido tempo, pode tornar-se um jugo, como a disparidade na escolaridade, feito da personalidade, status social, doença crônica ou preexistente, estado civil pré-matrimonial, etc.

e) O jugo desigual e suas consequências nos filhos amanhã. Em Neemias 13.23-26, vemos os males resultantes do casamento de crente com incrédulo recaírem sobre os filhos. Eles perderam a sua identidade como povo do Senhor.

Esse mesmo ensinamento é encontrado também na igreja Shalom Comunidade Cristã: “Fugir do relacionamento desigual, ou seja, não buscar relacionamentos com jovens que não sejam crentes” (Revista Escola de Vencedores: Família, Lição 9 p.53).

O jugo desigual mencionado pelas duas igrejas faz parte de uma alegoria encontrada nos escritos do apóstolo Paulo, na segunda carta aos coríntios. Essa expressão é utilizada em ambiente rural, onde não poderia colocar o jugo, ou canga sobre o pescoço de bois, com aspectos físicos desiguais, pois influenciaria no resultado do trabalho. Dessa forma, os crentes são proibidos de contraírem casamentos mistos, diferentemente da Igreja Católica. Na Assembleia de Deus Missão aos Povos a definição da desigualdade abrange outros campos além da religião, como o aspecto socioeconômico. Já para a Igreja Shalom Comunidade Cristã a diferença estaria apenas no campo religioso. Isso demonstra concepções diferentes sobre os aspectos culturais do namoro cristão. Pois, ao colocar a opção socioeconômica como critério para a escolha do namorado, a igreja Assembleia de Deus Missão aos Povos se aproxima mais da concepção do casamento como moeda de troca da época medieval e moderna. Ao mesmo tempo, ao permitir uma maior liberdade no convívio amoroso dos namorados, ela se aproxima da cultura mais contemporânea.

Alzira Campos, ao estudar a era Colonial no Brasil afirma que o Brasil absorveu da cultura ocidental a exigência da racionalidade acima do amor, sendo que a base dessa racionalidade era o princípio da igualdade social, econômica, religiosa e política na escolha do possível cônjuge. Ao citar o Padre Manuel Bernardes, podemos perceber como daria essa exigência: “casem primeiro as idades, as condições, as saúdes e as qualidades; então casarão bem as pessoas; de outro modo, já de antemão levam o divórcio meio feito”. (DEL PRIORE, 2006, p.19). Essa racionalidade acima do amor, também é vista como um eixo central nas orientações na escolha dos futuros parceiros nas duas igrejas protestantes, no intuito do “casar-se bem”, é claro que é importante ressaltar que essa é uma orientação das cartas paulinas desde o primeiro século, e que será um eixo central na idade média para legitimar os casamentos arranjados a fins econômicos, sociais e políticos.

Na igreja católica, quando analisamos o catecismo percebemos a utilização do sexto mandamento para legislar sobre a sexualidade humana (Cat 2331 a 2400). Sobre o namoro a igreja procura orientar seus jovens sobre a importância da castidade, da pureza e da virgindade antes do casamento. Comentando acerca desse ponto, temos três importantes teólogos que procuram reforçar essa orientação, a saber, Padre João Mohana, Missionário Dunga e o Professor Felipe Aquino. Esses teólogos fazem parte da Comunidade Canção Nova, que tem o intuito de preparar jovens católicos para os desafios morais contemporâneos,

auxiliando-os na interpretação do Catecismo da Igreja Católica, para dar diretrizes a respeito da vida conjugal e amorosa de seus fiéis. A Comunidade Canção Nova está inserida no contexto da Renovação Carismática, que tem o objetivo de combater a crise do catolicismo tradicional, por meio de novos rituais e práticas religiosas, procurando refrear a perda de diversos fieis para outras igrejas e para o indiferentismo religioso (SOUZA, 2004).

Para Mohana (2006), o jovem tem a etapa do namoro para que possa apreender a amar e desenvolver um conhecimento profundo da outra pessoa, para isso ele sugere que o início do namoro deva ser condicionado a uma maturidade física e mental, para que possa desenvolver um “namoro construtivo”, ou seja, preparatório para o casamento de forma madura e responsável. Para isso, ele desenvolve a teoria dos 3 c (carinho, carícia e consciência), dizendo que o carinho são as atitudes puras e as carícias atitudes sexuais, sendo que para que possa ter um equilíbrio o jovem precisa usar a sua consciência, pois para ele “é a única que poderá orientar as manifestações concretas de carinho e de carícia.” Já para o Professor Aquino e para o missionário Dunga, o jovem é chamado para enfrentar uma cultura liberalizante e tentadora, é para isso o jovem é orientado a permanecer com a sua sexualidade equilibrada e não ceder os caprichos mundanos. Pensando nessa empreitada, o missionário Dunga criou um retiro para os jovens, em 1998, cujo tema é “Por Hoje Não”, onde procura levar bandas musicais e preleções que direciona o jovem a uma vida de castidade.

Essa visão de embate contra um “mundo imoral”, “profano” e “tentador” permanece nas três igrejas cristãs estudadas, e portanto há nomenclaturas próprias para tipos de pecados realizados no namoro e/ou por pessoas solteiras fora dos domínios do matrimônio, porém como veremos essas nomenclaturas são construções de teólogos modernos, visto que por muito tempo o namoro era dificultado ou quase não existia nas classes mais ricas, por causa dos casamentos arranjados.

No catecismo católico delimita melhor as possíveis ofensas a castidade que o jovem solteiro está sujeito, sendo elas: a luxúria, a masturbação, a fornicação e a pornografia. (CAT. 2351). Essa ideia de combate aos prazeres carnis fora do casamento, começa a ganhar força entre os séculos de IX e XIII, segundo Vainfas (1986). O autor demonstra que a recusa do desejo e do prazer sempre foi um eixo da moral cristã, porém a medida que vão institucionalizando o casamento, que vai se tornando um lugar legítimo para o prazer, mesmo que submetido a regras de lugar, tempo e posições sexuais (os quais trataremos no próximo tópico).

Mas sobre o namoro, a partir do século XII, os pecados sexuais fora do casamento foram incluídos na lista dos sete pecados capitais, como o pecado da luxúria. A fornicação

por exemplo, nos primeiros séculos, era um conceito generalizante, envolvendo pecados de adultério, prostituição e prazer no leito conjugal. Com Agostinho, a fornicação vai ganhando significado mais específico, quando ele separa o adultério, de outros pecados carnavais, que segundo o autor “pouco a pouco, adquiriu contornos particulares, alusivos a certos atos.”

Sendo inscrita a partir do século XII como “cópula ilícita”, voltada principalmente para atos realizados dentro do casamento, do que fora dele, conforme afirma Vainfas (1998, p.62): “a fornicação o foi mais no casamento do que fora dele, desde que não implicasse violação de mulheres ou atentado ao matrimônio, às regras de parentesco e à ordem social.”

Atualmente, a fornicação é considerada, pelos teólogos cristãos, apenas como o ato sexual fora do casamento realizado por pessoas solteiras, por macular a castidade, a pureza e a virgindade que deve ser preservada para o casamento. Outro pecado combatido pela doutrina cristã é a masturbação, que para Vainfas (1998 p.62), recebe o nome de *mollities*, na antiguidade romana. Para o autor, a molície era “uma palavra relativa a certos atos eróticos, práticas que adiam o coito, quando não evitam o mesmo, com o fim de ter maior e mais prolongado volúpia”. A partir do século XII, começa a ganhar significado de prática solitária do prazer a masturbação, condenada pela igreja.

No entanto, apesar de percebemos uma semelhança na orientação na conduta das três igrejas sobre o namoro, as igrejas tradicionais como a Católica e a Assembleia de Deus Missão aos Povos não possuem uma sistematização doutrinária sobre esse assunto, como ocorre na Comunidade Shalom. Podemos perceber uma diferenciação entre o conceito de namoro nas duas igrejas advindas do movimento pentecostal, a primeira absorve os conceitos medievais e concebe um namoro mais distante, redigido pelo pudor e pelo controle dos líderes religiosos e dos pais, doutrinando sobre a idade para o início do relacionamento, e evocando o papel masculino como responsável do lar, reforçando portanto a cultura patriarcal e a família nuclear como o ideal para o namoro, e com isso fazendo uma resistência à cultura moderna (ou pós moderna) do namoro como a aproximação do amor-paixão, onde o aspecto natural do relacionamento é rejeitado e o amor espiritual é reforçado na conduta até o casamento. E por isso, incentiva um casamento mais rápido, para afastar das tentações da sexualidade. Ali também é reforçado o namoro como uma responsabilidade social, quando os jovens ao término do processo, é apresentado para toda a igreja, a fim de ser um exemplo para a comunidade e para reafirmar o compromisso de um casamento próximo. Sem contar que esse processo passa pela tutela dos pais dos envolvidos, onde são responsáveis pela análise do critério para o início do relacionamento. Já nas outras duas igrejas, percebe-se uma valorização da individualidade e liberdade dos enamorados, mesmo que precisam se privar de

relacionamento sexual antes do casamento, isso é feito dentro da esfera privada, apontado assim para uma aproximação maior do conceito moderno do namoro, sem interferência dos pais ou líderes religiosos nesse processo. Entende-se como um conceito moderno do namoro aquele em que os jovens tem a liberdade de escolha, sem intermediários, e menos vigilância de possíveis pecados carnavais, além de favorecer no namoro a paixão como instrumento base na relação.

## 2.2. O casamento

Atualmente, com a maturidade no namoro/noivado, o jovem cristão é incentivado a dar o próximo passo: o casamento. Para selar esse momento, a família, a comunidade e a igreja organiza uma cerimônia religiosa que marcará esse “rito de passagem” da juventude para a fase adulta (ELIADE, 1992). A liturgia dessa cerimônia é bastante semelhante nas três igrejas estudadas, sendo ela realizada a partir da missa (na igreja católica) ou por meio do culto (nas pentecostais.) A preparação desse momento revela como esse rito de passagem é fruto de uma mentalidade cristã da nossa sociedade, por incorporar tantos sentimentos e sensações. Conforme afirma Bettega (2007 p.14): “os rituais são as sínteses dos valores que estão em evidência numa determinada cultura que vão sendo transferidos de geração a geração”. Nesse universo cristão, as noivas sonham casar com o véu e grinalda; a família e amigos expressam a sua alegria por meio de presentes e cumprimentos, demonstrando assim o valor da construção de uma nova família para aquela comunidade. Nesse sentido, Azevedo descreve como é realizado a cerimônia:

Nenhuma outra cerimônia exige e dá lugar no Brasil a mais luxo, a requintes de ostentação do que Veblen chamou de *conspicuous consumption*, consumo de ostentação em vestuário, penteados, chapéus femininos, gravatas, quanto possa evidenciar ou aparentar extremos de elevado status... Não se limita a isto a cerimônia, seguindo-se a recepção ou banquete costumeiro nalgumas populações, o corte do bolo simbólico, o sorteio da aliança entre as moças presentes e quantas mais ações que sancionam o enlace e nele fazem participar os circunstantes, tudo a completar os gestos das autoridades, juiz, sacerdote, que funcionaram no ato obrigatoriamente público do matrimônio. A terminologia respectiva, i.e., os termos em que são lavradas as atas da cerimônia civil e religiosa e os dados referentes à habilitação dos nubentes são outras notas a fixar, além de toda a etiqueta do ato, desde a entrada dos nubentes no templo, os papéis de cada um e dos acompanhantes, pagens infantis, pais, padrinhos e testemunhas... Os retratos no local da cerimônia e assim por diante. (AZEVEDO, 1993, pp.193-195)

Para Eliade (1992) e Bettega (2007) essa cerimônia é considerada como um rito de passagem, quando os noivos abandonam a juventude para iniciar a fase adulta. Além disso, o rito visa regulamentar a vida íntima e social do casal. “Busca, também, regular a descendência, a herança, a sucessão e a ordem social, as funções mais antigas do ritual do casamento” (BETTEGA, 2007, p.26). Essas manifestações culturais são percebidas na utilização de diversos símbolos durante a cerimônia de casamento. O vestido da noiva é símbolo da virgindade e pureza, que caracteriza uma moça com bons comportamentos, e portanto, digna de usar o vestido branco, com véu e grinalda, no seu casamento. Tal honra é negada para as moças que tenham tido relações sexuais antes do casamento (DEL PRIORE, 2006). A troca de alianças e os votos também são fruto dessa cultura puritana encontrada até o século XIX, tanto no Brasil, como na Europa. A aliança é símbolo da indissolubilidade do casamento, bem como as promessas de fidelidade, pureza e mais recentemente, do amor entre os casais. Um outro exemplo que podemos mencionar, é quando a noiva é entregue pelo pai ao noivo, demonstrando assim que a permanência do conceito de submissão da mulher ao homem está presente desde a sociedade medieval até nos dias atuais. E com isso, “o ritual do casamento pode ser caracterizado como “atos culturais” que são demonstrados a partir da reconstrução e manutenção de costumes e tradições, e, por utilizarem formas simbólicas, são “acontecimentos sociais” (GEERTZ, 1989, p.68. APUD BETTEGA, 2007. p.26).

Quando pensamos nesse ritual de casamento, é importante lembramos como ela passa da tutela da família para a igreja, à medida que os teólogos cristãos vão abandonando a teoria da castidade e instituindo o casamento como base fundamental da moral cristã (VAINFAS, 1986; BROWN, 1988). Como já falamos, os teólogos da era patrística consideravam o casamento como um mal necessário, pois o melhor caminho seria a procura da castidade. Até o século XII, a igreja não realizava a cerimônia de casamento, e portanto seria função da família essa prática, conforme nos aponta Vainfas:

O rito básico dessas uniões residia, nem tanto na cerimônia nupcial, mas na promessa de casamento, no ato da desponsatio ou pactum conjugale – precursor longínquo do “noivado” atual. A cerimônia tinha lugar na casa da futura esposa, onde se reuniam os parentes do “noivo” e algumas testemunhas. Trocavam-se palavras e bens: o pai da moça transferia a tutela de sua filha ao futuro marido, que retribuía a doação com a entrega de uma donatio puelae ou arras. A mulher era, pois, parte do patrimônio familiar e a sua entrega a um homem selava a união de duas casas reais ou nobiliárquicas. Seguia-se à desponsatio o rito nupcial propriamente dito. Tratava-se de uma grande festa na casa da família do “noivo”, cujo clímax ocorria no quarto nupcial: ao redor do leito se reuniam numerosas testemunhas, e o pai do rapaz celebrava a união. (VAINFAS, 1986, p.27)

Foram os teólogos medievais que procuram transformar o casamento como uma união sagrada, principalmente Pedro Lombardo, que procurou colocar o casamento dentro dos sacramentos. Com isso, a igreja começa a normatizar os casamentos ao estabelecer principalmente duas regras: os cônjuges deveriam escolher seus pares, de forma espontânea, individual e pessoal; desde que não fosse parentes consanguíneos físico e espiritualmente até o sétimo grau. Normas bastante contestadas pelos nobres e cavaleiros, que procuravam obter do casamento alguma vantagem econômica, política e social, e por isso o casamento entre iguais e sob posse da família perduraria ainda até o século XIX (VAINFAS, 1986). A normatização do casamento, também legislou sobre como deveria ser realizado a cerimônia religiosa, conforme descreve o autor:

À normatização estrita da instituição matrimonial e do vínculo conjugal – monogâmico, indissolúvel e sagrado – correspondeu a sistematização de uma liturgia. A partir do século XI, a começar pelos países anglo-normandos, o rito da desponsatio passou a ser encenado (ou representado?) na entrada da igreja, e o papel do padre cresceu notavelmente: os pais da moça tinham que entrega-la ao sacerdote, que a dava ao futuro esposo; e era ainda o padre que unia as mãos dos noivos e observava a troca de alianças, definida por Hincmar (séc. IX) como “símbolo da fidelidade e do amor, e laço da unidade conjugal, a fim de que o homem não separe aqueles que Deus uniu”. No século XIV, o padre cristalizaria totalmente a sua influência, ao dizer: *ego conjugo vos* (sou eu que vos uno). E, assim, criou-se a liturgia matrimonial (precursora da cerimônia moderna): o padre substitui ritualmente o pai da noiva; a entrada da igreja tomou o lugar da casa; a Igreja, enfim, sobrepôs-se às famílias e impôs aos leigos a sua moral. (VAINFAS, 1986, P.33)

Essa encenação descrita pelo autor sobre a cerimônia do casamento é percebida ainda hoje, cujo papel cabe ao sacerdote em dizer: “Eu os declaro Marido e Mulher, pode beijar a noiva.” Com isso, percebemos como essa cultura cristã permanece enraizada na nossa sociedade, e demonstrada e absorvida nos diversos ritos que ela produz, incorporando tanto o homem religioso como o a-religioso (ELIADE, 1992). O objetivo dessa encenação é inculcar na mentalidade da sociedade o conceito de casamento como uma aliança entre o homem e a mulher, com as características da moral cristã: um casamento indissolúvel, puro, fiel, monogâmico, heterossexual, que ressalta a família nuclear e a hierarquia no desempenho das responsabilidades entre o marido e a esposa (COSTA, 2015).

Na cerimônia moderna do casamento, a igreja cristã também reconhece o papel do Estado na elaboração de leis que normatiza o casamento com a ideia de um contrato bilateral, por meio do casamento civil. Esse contrato tem características diferentes daquelas que foram concebidas no seio cristão, permitindo o casamento ser dissolúvel, prometendo uma maior

flexibilização nos papéis e responsabilidades dos conjugue, legisla sobre a posteridade e o patrimônio do casal, visando o benefício individual (COSTA,2015).

Sendo que a convivência desses dois conceitos antagônicos de casamento dentro de uma cerimônia religiosa, demonstra como o sagrado e o profano ora se opõe e ora se integram na experiência religiosa (NOLA,1987). Nesse sentido, o autor ainda demonstra que essa dialética faz surgir outro binómio que é o “sagrado/laico”, quando “uma classe sacerdotal que surge como intermediadora exclusiva do sagrado, vem opor-se o mais amplo estrato não sacerdotal, reivindicando para si o direito ao sagrado ou a plena comparticipação nele, não limitada pela exclusividade pretendida pelo corpo sacerdotal.” (NOLA, 1987, P.130). Ou seja, o casamento civil, sendo ele realizado pelo sacerdote ou pelo juiz de paz, permite uma mistura do conceito sagrado do casamento realizado pela igreja, com o conceito profano instituído por lei. Essa mistura é perceptível quando um casal cristão, destoante da orientação eclesiástica, procura ajuda para realizar um divórcio nos sacerdotes que realizaram o casamento. Esse assunto será tratado no próximo capítulo, quando observaremos como cada uma das três igrejas normatiza o processo de divórcio.

No Brasil, o estabelecimento do casamento civil obrigatório é instituído pelo Decreto 181, em 24 de Janeiro de 1890. Afastando assim a hegemonia religiosa na legitimidade do casamento. Esse divórcio entre o Estado e a Igreja se dá com o pensamento moderno advindo pela crescente classe burguesa europeia. Isso porque desde o Segundo Reinado o Brasil procura-se industrializar e abandonar a mão de obra escrava por meio da política de imigração. Com a urbanização, industrialização e a imigração no Brasil, principalmente a partir das grandes guerras, foi necessário a criação de leis que regulamentava o casamento fora do ambiente religioso, a fim de suprir as demandas de novas culturas vindas de diversos imigrantes italianos, japoneses, portugueses, alemães e outros. (FAUSTO, 1998; DEL PRIORE, 2006; VIEIRA,2007). Mesmo a procura da laicização do Estado na elaboração de casamento civil, percebe-se que até os anos de 1950 a lei não permitia a dissolução do casamento, demonstrando assim como a sociedade e a igreja ainda influenciavam na formulação das leis sobre o casamento. Como já descrevemos, ainda no início do século XIX, o amor era domesticado e portanto os valores cristãos estabelecia a forma de convívio das pessoas (DEL PRIORE,2006). Um exemplo disso, é a introdução do desquite no artigo 315, em 1942, que visava a regulamentação da separação sem dissolver os vínculos conjugais e nem permitir novos casamentos. Ainda assim, “Desquitados de ambos os sexos eram vistos como má companhia, mas as mulheres sofriam mais com a situação” (DEL PRIORE, 2006, p.315). Além disso, nesse ambiente religioso diverso, em 1934 é estabelecido na constituição



a permissão do casamento civil com efeito religioso nas cerimônias de casamento (VIEIRA, 2007). Ou seja, agora os sacerdotes poderiam realizar tanto o casamento religioso quanto o civil no mesmo ambiente. Sendo que a partir da década de 70, diversas leis sobre o casamento civil são revistas, incluindo o divórcio e o reforço do casamento civil com efeito religioso, sendo que tais conquistas são fruto da revolução sexual a partir da década de 60, com a participação cada vez maior da mulher na sociedade, no trabalho e na política (DEL PRIORE, 2006).

Após a cerimônia de casamento, surge o conceito de família, segundo os padrões da moral cristã. Para as três igrejas estudadas, a família é fruto da união entre o homem e a mulher, reconhecida e legitimada pelo sacerdote e pelo poder estatal, a partir do rito do casamento. Com isso, nos manuais de ensino dessas igrejas, percebe-se a adesão ao conceito de família nuclear (Pai, mãe e filhos) como instituição divina e base da sociedade civil. Como veremos a seguir.

Na Igreja Shalom Comunidade Cristã, a apostila destinada ao ensino da família apresenta a seguinte inscrita:

“Deus tem um plano perfeito com relação à família: um homem e uma mulher assumindo o compromisso do casamento, cada um buscando cumprir o seu papel com amor e dedicação – um pai que seja o mantenedor e sustentador da família, uma mãe submissa em amor que trabalhe ao lado do marido para que o propósito de Deus para a família seja alcançado e filhos gerados dentro desse ambiente de amor e segurança, submissos aos pais, que serão ajudados por eles a alcançar seus alvos em Deus.” (Revista Escola de Vencedores, Família, Lição 1, p. 7)

Já na Assembleia de Deus Missão aos Povos, segue nessa mesma direção, ao afirmar na “Revista da Escola Dominical” de 1993, na primeira lição que: “A família é composta de pai, mãe e filhos. Jamais confundamos a família cristã com grupos de pessoas, ou família no sentido de uma raça” (Revista Escola Dominical, A família Alicerce da Sociedade, Lição 1, 1993, p.7) Depois a mesma ideia encontra-se reforçada na Revista de 2005, ao dizer: “A constituição da família vem divergindo muito do padrão bíblico que compreende — em seu núcleo básico — marido, mulher e filhos” ( Revista Escola Dominical, E agora, como viveremos? — A resposta cristã para tempos de crise e calamidade moral, Lição 1, 2005). Já em 2007, a revista volta a reforçar esse mesmo conceito na segunda lição, ao definir a família cristã: “Família: Comunidade constituída por um homem e uma mulher, unidos por laço matrimonial, e pelos filhos nascidos dessa união” ( Revista Escola Dominical, Tempos trabalhosos — Como enfrentar os desafios deste século, Lição 2, 2007).

A Igreja católica também faz uma afirmação similar em seu catecismo: “ Um homem e uma mulher unidos em casamento formam com seus filhos uma família” (CAT, 2202).

Segundo Elza Berquó (1998) ao analisar os dados do IBGE até 1995, aponta que esse caráter nuclear da família brasileira permanece dominante até o final do século XX. Porém, a partir da década de 70 surgem novos comportamentos, como o aumento de uniões conjugais sem vínculos legais, diminuição do número de filhos e parentes dentro das unidades domiciliares, família mais igualitárias com a mulher ocupando o mundo do trabalho, famílias monoparentais chefiado em sua maioria por mulheres viúvas ou divorciadas e aumento considerativo das unidades domésticas entre os anos 70 a 1995. Essas permanências e rupturas no conceito de família no Brasil é fruto de um conjunto de fatores: urbanização e transformação na arquitetura das casas, imigração e emigração, a mulher deserta do lar e ganha um novo papel na sociedade, manifestações culturais que assinalam essas novas tendências da sociedade (DEL PRIORE, 2006; FAUSTO, 1997; VINCENT, 1992).

Para Vicenti (1992), ao estudar a família francesa do início do século XIX, afirma que a família passou por um processo de privatização e desinstitucionalização com o advento da modernidade. Para o autor, com a mudança na arquitetura das casas da classe média, com a criação de mais cômodos e uma maior comodidade nos lares, privilegiou a ascensão do individualismo e da privatização da família. Antes disso, as famílias viviam em casas com apenas um cômodo, impedindo a privacidade dos indivíduos, dificultando assim a intimidade do casal na hora do sexo, na troca de roupa e na convivência conjugal; porém permitia uma maior interação e vigilância da família, bem como uma estrutura familiar mais forte, baseado na coletividade. Para fora do lar, a família também compartilhava com a vizinhança os lugares onde lavavam louças, roupas e tomavam banhos, conforme nos apresenta o autor:

“o recenseamento de 1954 nos oferece uma imagem impressionante do arcaísmo habitacional na França. Em 13,4 milhões de casas, pouco mais da metade (58,4%) dispõe de água encanada; um quarto conta com banheiros próprios (26,6%), um décimo com banheira ou chuveira, e um décimo com aquecimento central.” (VINCENT, 1992, P.69).

Já a partir da década de 60, há um alto investimento do governo na urbanização das cidades, ao construir casas com mais cômodos e com acesso a água encanada para a maioria da população. Essa precariedade das casas e a vida pública das famílias também é encontrada no Brasil até meados do século XX, conforme nos apresenta Mary Del Priore e Boris Fausto:

Enquanto o Velho Mundo construía, com minúcias o que chamamos de “vida privada”, nicho por excelência das relações amorosas, nas colônias essa mesma privacidade balbuciava na precariedade do cotidiano. Independentemente de seu requinte ou rusticidade, as casas de outrora ensejavam, como lembra o historiador Ronaldo Vainfas, pouquíssimas oportunidades de vivências privadas. Vizinhanças de parede-meia, cafuas cobertas de capim, casas senhoriais repletas de agregados, escravos e parentes; enfim, não era sob esses tetos que os amores medravam com liberdade. (DEL PRIORE, 2006, P.18)

Philippe Aries descreve e analisa o longo processo pelo qual, no Ocidente da Europa, a “casa promíscua” em que os cômodos não constituíam espaços separados, deu lugar ao que se chama de casa moderna, propiciadora da discrição, da intimidade, do isolamento. É significativo observar como, no âmbito brasileiro, guardadas as diferenças ocorreu processo semelhante. Nas palavras de Vainfas, rústicas ou requintadas, tudo parece indicar que as casas senhoriais de outrora ensejavam pouquíssimas condições de vivência privada. Se isso ocorria com as casas senhoriais, as dos pobres, pela precariedade das construções, impediam qualquer possibilidade de privatização. (FAUSTO, 1995, p.37 38)

Portanto, a arquitetura das casas e a influência religiosa permite o enraizamento da cultura cristã e da vida coletiva nas famílias rurais desde a era colonial. Com isso, no conceito de família nuclear brasileira, também estão intrínsecos os papéis que devem ser desempenhados na sociedade pelo homem e pela mulher. A esposa deveria se privar da vida pública, a fim de manter-se pura aos olhos da sociedade, bem como desempenhar funções domésticas, como: cuidar da prole, da propriedade e dos escravos; e também servir ao seu marido na vida sexual. O esposo tinha suas funções públicas, era responsável por representar a família diante da sociedade, trazer o sustento e a segurança para a casa. Para isso, ele precisava manter uma posição social bem quista, como um bom pagador e um bom administrador do lar (DEL PRIORE, 2006). Com isso, o casamento objetivava a cumprir demandas sociais, políticas e econômicas, por isso os arranjos matrimoniais eram decididos racionalmente, e não pelo sentimento.

Segundo Vincenti (1992 p.87) “casar era formar um lar, lançar as bases de uma realidade social nitidamente definida e claramente visível dentro da coletividade”. Com isso, priorizava os valores morais, a profissão e a fortuna, tendo como objetivo a união conjugal a procriação e a manutenção do patrimônio ( para as classes burguesas); e “dar sustento e auxílio mútuo ao longo de uma vida que se anunciava penosa” (para classes mais pobres). Segundo o autor, casava-se para formar uma dupla, um lar, com objetivos e papéis bem definidos do homem e da mulher a fim de alcançar uma estrutura moral e econômica satisfatória para a família. Com isso, a família demonstrava uma “estrutura jurídica forte”, sem muitos divórcios.

Essa tradicional família brasileira, começa aos poucos ser desestruturada já no início do século XX, quando a decadência da elite agrária leva os jovens a migrar para os grandes

centros urbanos a fim de conseguirem uma melhor oportunidade de vida. Quebrando assim o domínio da família na escolha do conjugue e permitindo novas relações amorosas. Embora que ainda permanece resquícios do conservadorismo no namoro, conforme já apontamos, aparecem manifestações culturais no rádio, no cinema e na música (samba) que aponta para um amor carnal e para uma mulher mais livre. Porém, só a partir da década de 60, com a revolução sexual, o movimento *hippie* e o movimento feminista que as mulheres vão ganhando lugar no espaço público. Juntamente com isso, temos leis que permitem o divórcio sendo aprovadas, na medicina surge a pílula anticoncepcional e a abertura do mercado de trabalho, que leva a mulher a desertar do lar e ocupar novos espaços sociais (DEL PRIORE, 2006). Esse movimento permite a alteração da hegemonia masculina no espaço público, bem como transformações nos relacionamentos conjugais, aparecendo assim o conceito de família democrática que privilegia o diálogo em lugar de relações verticais, equiparação nos deveres domésticos e a participação maior da mulher nas decisões da família (DEL PRIORE, 2006; ARAUJO, 2008).

### **2.3. Família nuclear: responsabilidades e funções**

Tendo isso em vista, é importante verificarmos como cada igreja define os papéis e funções exigidas dos homens e das mulheres, nos materiais de ensino de duas décadas (1990 a 2010), em relação aos seus comportamentos dentro do casamento. Tais ensinamentos, demonstram como é expressa a visão da família nuclear para a casa igreja, ao abordar assuntos como: vida sexual, submissão e tarefas a serem desempenhadas por cada conjugue, demonstrando assim permanências da cultura patriarcal e rupturas pós-60 com a revolução sexual. Pois conforme afirma Scavone (2008, p.7): “o campo religioso, em seu aspecto institucional, tradicionalmente antifeminista, não ficou imune aos efeitos sociais e culturais das ideias feministas contemporâneas”.

A primeira característica da família nuclear é a autoridade masculina como chefe do lar e a mulher como uma mulher submissa, dona de casa e dócil. Na Assembleia de Deus Missão aos Povos, perceberemos essa permanência referente ao papel masculino, mas a mulher na medida que ganha espaço na sociedade, absorve outros papéis que confrontará esse sistema patriarcal.

Na “Revista da Escola Dominical” de 1993, traz a seguinte afirmação: “Desta forma, teremos condições de conservar um lar solidificado, pois o preeminente é o Senhor Jesus, e

depois o homem Deus colocou como cabeça da mulher” (Revista Escola Dominical, A família, Alicerce da Sociedade, Lição 1, 1993). Com isso, cabe ao homem tomar as decisões familiares sobre a sua vida financeira, conjugal e espiritual, bem como desempenhar a função de definir e controlar as atitudes sociais da mulher. Porém esse controle deve ter em vista o amor e a postura de cumplicidade, pois “não se deve olhar a mulher como escrava”. A mulher, por sua vez, tem a função de ser uma boa mãe (cuidar dos filhos e educá-los), uma boa esposa (servir o homem sexualmente) e uma boa dona de casa, conforme comenta a Revista:

“ O dever da esposa não é somente o de fazer saborosas refeições, cuidar da casa, e ser mãe carinhosa. O marido também precisa de seu carinho, de seus beijos e abraços, e de um bem-vindo afetuoso, ao retornar para casa no término de cada jornada de trabalho.” (REVISTA ESCOLA DOMINICAL, 1993 4 TRIMESTRE, LIÇÃO 12, P.47)

Percebemos assim, que na Assembleia de Deus Missão aos Povos a mulher ainda é vista sob a ótica do modelo patriarcal da família tradicional brasileira, ainda do final do século XIX. Essa estrutura concebe a mulher como “rainha do lar”, responsável pela criação dos filhos e pelo prazer sexual do esposo. Reforçando o estereótipo da mulher ideal são “identificadas com o casamento e com a felicidade” (DEL PRIORE, 2006, p. 294), ou seja, aquelas que se realizam no seu papel de mãe e esposa. Portanto, essa doutrinação da igreja tem o objetivo de se contrapor a cultura liberal feminina, implantada no pós-60, com a revolução sexual; bem como reforçar o papel do modelo patriarcal da família nuclear, adquirida pela influência do catolicismo na colonização do Brasil.

Ainda nessa Revista, destaca uma outra função desempenhada pela mulher, ao dizer sobre o papel da mãe cristã no seguinte trecho:

**1. A missão da mãe cristã.** A mulher cristã, que recebeu do Senhor uma incumbência, seja a de mãe, esposa, professora da Escola Dominical, deve cumpri-la com dignidade, assim como fez Maria, a mãe de Jesus. Descubra você, minha irmã, se sua missão na igreja, no lar, se assemelha a de Febe (Rm 16.1); Lídia (At 16.15,40); Dorcas, Maria, irmã de Lázaro, e tantas outras que realizaram grandes serviços para Deus. Onde estão as mulheres dedicadas e consagradas, para anunciar Jesus ao mundo, fazê-lo conhecido, assim como fez Maria, sua mãe (Lc 2.46)?

Podemos pensar em uma continuidade da cultura patriarcal no conceito da família nuclear nesses escritos, mas também uma abertura para a mulher ocupar outros espaços fora do lar, **como professora da escola dominical ou como missionária**. Mesmo que as convenções da Assembleia coloquem limites para o ministério feminino dentro da igreja, é permitido a sua intervenção fora do sacerdócio, como no círculos de oração, na Escola Dominical ou como missionária. Segundo os pesquisadores Andre Dionei Fonseca e Marcilene Nascimento de Farias, essas novas posições que a mulher tem ocupado no corpo institucional da igreja, faz parte de um processo de ruptura com a concentração androcêntrica do poder na sociedade (FONSECA; FARIAS, 2010).

Já na “Revista da Escola Dominical: Família Cristã, Eu e a minha casa serviremos ao Senhor” de 2004, ainda percebe a permanência do papel masculino, como chefe da família, porém concebe uma outra figura da mulher: a mulher trabalhadora e cooperadora do sustento da família. Mesmo assim, a responsabilidade de “administradora do lar” ou da vida doméstica recai sobre a mulher. Conforme vemos no seguinte trecho:

## **I. O PADRÃO BÍBLICO DO PAPEL DO MARIDO**

**1. O pai/marido: modelo masculino para os filhos.** Hoje, verifica-se um elevado e crescente percentual de crianças e adolescentes do sexo masculino com atitudes e gesticulações

femininas. Isso não é apenas influência furtiva e pestilenta do Príncipe das Trevas, mas também a condenável ausência do modelo masculino no lar, isto é, falta-lhes o referencial masculino do pai, do marido e do chefe de família.

**2. Comprometido com o amor.** Raramente a Bíblia exorta a mulher para amar o seu marido. O marido, porém, é advertido a amar a sua mulher (Ef 5,25.28.33; Cl 3.19). O homem naturalmente se volta com muita facilidade e exagero para o sucesso profissional e para o poder, negligenciando o seu compromisso maior com o casamento: o cultivo do amor pela esposa, acompanhado do esforço prático e sincero para agradá-la (1Co 7.33). Por sua vez, a esposa retribui ao amor do marido e tudo faz para também agradá-lo (1Co 7.34).

**3. Modelo afetivo para os filhos.** Quando o marido manifesta seu amor espontâneo pela mulher na prática, e ao mesmo tempo procura agradá-la, ele torna-se um modelo específico para os filhos. Só assim, é que o lar se torna um laboratório para a formação de jovens qualificados para suprir e abençoar a sociedade, construir lares estáveis, tementes a Deus e abençoados e servir na causa do Senhor.

**4. Cabeça do lar.** Quanto ao homem, a sua predisposição psíquica é mais racional que emocional, por isso Deus lhe confiou a condução do lar. A ele compete enxergar os problemas, estudar e prover as suas soluções. O marido deve também ser o líder espiritual da família, a começar por uma vida cristã de testemunho santo, leitura da Bíblia no lar, prática da oração e do jejum, a frequência à Casa do Senhor, o dízimo e as ofertas como atos de adoração a Deus, os cânticos de louvor, o culto doméstico, a participação no trabalho do Senhor, etc. Além disso, se requer dele maturidade, sabedoria e equilíbrio em cada situação que surgir.

**5. Companheiro.** O companheirismo conjugal amoroso, pleno, mútuo e franco é um princípio essencial da estabilidade do casamento e de toda família. Quando os filhos do casal deixam o lar, o marido e a esposa superam o vazio deixado, desde que haja esse companheirismo sob as bênçãos de Deus.

## II. O PADRÃO BÍBLICO DO PAPEL DA MULHER

**1. A mulher: modelo para as filhas.** O apóstolo Paulo diz que as mulheres de mais idade devem ser um exemplo para as mais novas (Tt 2.3-5). Quem está no primeiro círculo de influência destas mulheres são suas filhas, dentro de casa. Assim, as mulheres precisam estar conscientes de que devem ensinar (principalmente com o exemplo) suas filhas a serem cristãs dedicadas, a amarem seus maridos, a serem boas donas-de-casa, bondosas e submissas a seus cônjuges.

**2. Companheira: parceira em tudo.** Da mesma forma que o marido, a mulher deve investir no companheirismo. Ela é a auxiliadora do marido (Gn 2.18).

**3. Comprometida com o amor.** Nenhuma mulher pode pensar que o marido é apenas um meio de torná-la feliz. Ela deve amá-lo de coração. É importante que ela compartilhe, dê de si mesma e se dedique à busca da felicidade familiar.

**4. Administradora do lar.** As pressões e demandas sociais e econômicas dos últimos tempos têm levado multidões de mulheres a buscar o incremento dos recursos financeiros da família, o que não fere os princípios bíblicos. Porém, isso não isenta da responsabilidade de cumprir as orientações do seu marido no lar, principalmente na educação dos filhos, além da própria manutenção e bem-estar da família (Pv 31). Por mais que esta mulher disponha de pessoas para executar as tarefas rotineiras do lar, sobre ela recai a responsabilidade final das atribuições de uma mãe de família e dona de casa. (REVISTA ESCOLA DOMINICAL, EU E A MINHA CASA SERVIREMOS AO SENHOR, 2004, LIÇÃO 4)

Quando comparamos a “Revista da Escola Dominical de 1993” com essa de 2004, percebemos alguns pontos de permanências e outros de rupturas desse modelo patriarcal. O papel masculino continua sendo dominante, porém são cobrados do esposo “compromisso de amor”, “papel afetivo para os filhos” e ser “companheiro”. Essas novas qualidades masculinas, fazem parte de uma transformação nas relações sociais entre o homem e a mulher. Quando o amor se torna base fundamental para a manutenção do casamento, e a mulher se torna menos dependente do homem, com a nova autonomia conquistada pelo

trabalho, exige-se da figura masculina novos comportamentos para harmonia do lar e a permanência do casamento. Já que com a independência da mulher, não há espaço para o modelo patriarcal do século XIX.

Entretanto, podemos dizer que essa Revista apresenta mais pontos de permanência da cultura patriarcal, do que de rupturas. Mesmo que se reconhece a possibilidade do trabalho feminino, ainda é cobrado da mulher o papel de “administradora do lar”, onde ela precisa desenvolver uma jornada dupla, senão tripla, de trabalho e afazeres domésticos.

Pensando na inclusão da mulher no mercado de trabalho, a historiadora Mary Del Priore nos relata como no início do século XX, com a industrialização e a urbanização das cidades, as mulheres mais pobres tinham que adentrar para o mundo do trabalho para que possa ajudar no sustento da família. E ali enfrentavam diversos tipos de preconceitos e assédios, por estar em ambientes que outrora pertencia apenas ao homem. A sociedade, até a metade do século, valorizava a mulher que era a “rainha do lar”; lugar pertencente a mulher da classe média e alta, porém com a modernidade aos poucos as mulheres vão abandonando a visão que o lar era o único lugar onde poderia se realizar, para iniciar um processo de emancipação e autonomia, ocupando assim novos espaços no mercado de trabalho, na política e na religião (SILVEIRA, 2014; DEL PRIORE, 2006).

Nesse quesito da autoridade e do papel do homem e da mulher no casamento, existe uma similaridade e algumas diferenças com a Shalom Comunidade Cristã. Ao utilizar a seguinte passagem bíblica escrita na carta de Paulo a Igreja de Efésios:

Mulheres, sujeitem-se cada uma a seu marido, como ao Senhor, pois o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, que é o seu corpo, do qual ele é o Salvador. Assim como a igreja está sujeita a Cristo, também as mulheres estejam em tudo sujeitas a seus maridos. (Efésios 5.22-24)

A Comunidade Shalom reforça o papel masculino como chefe do lar, conforme o comentário dado a esse versículo, pela Revista Escola de Vencedores:

“ De acordo com essa passagem, Deus estabeleceu o marido como autoridade sobre a esposa, e automaticamente, como Chefe do lar. Isso quer dizer que o marido tem maior responsabilidade e a palavra final dentro de casa.” (Revista Escola de Vencedores, A família, Nível 1, Lição 2, p.11)



Na aplicabilidade desse princípio, segundo essa lição, o homem deve exercer o seu papel de liderança com brandura, com amor, participando ativamente da vida do lar e buscando ser um pai exemplar. Isso significa que o homem não deve impor a submissão à mulher, mas deve ser conquistada por meio de atitudes exemplares e de amor. “Governar não é dominar, é conduzir por meio de respeito (não de mera imposição)” (SUBIRÁ,2013, p.197).

Já a mulher, segundo essa mesma Revista, precisa ser submissa ao seu marido, e permitir que ele lidere o lar com o seu auxílio, tornando assim a mulher virtuosa que dá bons conselhos à esposa. Além disso, ela deve ser dedicada ao lar, como uma boa dona de casa. Quanto ao trabalho fora, o teólogo Luciano Subirá, comenta que não é errado desde que não inverta os papéis de responsabilidade de cada conjugue, e não prejudique a educação dos filhos. Ele ainda sugere que quando existe essa realidade o homem também precisa ajudar a mulher nas tarefas domésticas (SUBIRÁ,2013). Além disso, nesse processo de autoridade é importante ressaltar a função que a mulher exerce dentro do corpo institucional, podendo ocupar cargos em todos os ministérios da igreja, como pastora, diaconisa e líder de células; apenas não é permitido o cargo de governo da igreja, o presbitério, que é composto apenas com os homens.

Essas múltiplas funções que a mulher desenvolve: mãe, esposa, auxiliadora, sacerdotisa, trabalhadora demonstra uma ruptura com o modelo machista de governo, valorizando as características femininas na construção do lar e da igreja em que participa. Desenvolvendo assim uma relação paradoxal, que Michelle Perrot (2005) cita em seu texto sobre o poder sobre as mulheres e o poder das mulheres no ambiente religioso. A autora demonstra como as mulheres transformaram o silêncio imposto pela sociedade até o século XIX em uma nova história a partir dos anos 60. Para a autora, três fatores são importantes nessa transformação: fatores científicos, sociológicos e políticos. O campo religioso, que sempre reforçou o silêncio das mulheres e a sua atitude passiva no lar, agora ganha novos contornos com a participação da mulher nessas esferas públicas, destinadas anteriormente aos homens. Nesse sentido, quando visitamos a documentação produzida pela igreja Shalom Comunidade Cristã, vemos esse sentido paradoxal do papel da mulher: ora vista como dona de casa, ora vista como sacerdotisa e trabalhadora, realizando-se fora dos domínios do casamento.

Além disso, a “Revista Escola de Vencedores” traz outro ponto importante a ser considerado: o conselho para mulheres divorciadas e mães solteiras.

“ A mulher divorciada ou a mãe solteira podem se sentir muito carentes e culpadas em algumas situações. Mas a Bíblia contém princípios preciosos para ajuda-la a se tornar uma mulher virtuosa e a ter Deus como o maior supridor de suas necessidades. Através disso, ela será capacitada a exercer seu papel de mãe e provedora com alegria e plenitude.” (Revista Escola de Vencedores, A família, Nível 1, Lição 2, p.13)

Ao conceber a possibilidade de famílias com divorciadas e/ou mães solteiras, a igreja está reconhecendo outros arranjos familiares que estão em crescimento a partir da década de 60, conforme já demonstrado por Elza Berquó e Mary Del Priore. Além disso, essa maior participação da mulher no lar, incentivado pelo ensino da igreja, se aproxima do conceito de “família democrática” desenvolvida por Araujo (2008), onde o homem e a mulher desenvolvem relações mais igualitárias referente ao seu convívio doméstico e social. Para a autora, as transformações pós-60, traz consigo diversas características importantes:

Dentre essas transformações, destacam-se as mudanças nas relações de gênero decorrentes da luta feminista pela igualdade de direitos e relações mais igualitárias entre homens e mulheres. Embora a assimilação das conquistas feministas não ocorra da mesma maneira nos diferentes segmentos e contextos sociais e culturais, é visível o seu impacto na reorganização das relações de poder dentro da família, no questionamento da dominação masculina, no declínio do poder paterno e na revisão de papéis tradicionalmente atribuídos ao masculino e ao feminino. (ARAUJO, 2008, p.4)

Embora o ensino não concordar com a desestruturação da autoridade masculina, a co-participação do homem na vida do lar, demonstra uma nova mentalidade do mundo moderno, composta por novos arranjos familiares e novas relações sociais entre o homem e a mulher. Com isso, mesmo que seja importante a hierarquia de autoridade no lar, também é ressaltada o valor da mulher e do seu papel dentro desse sistema religioso (ARAUJO,2008).

Essa proximidade e distanciamento de conceitos mais modernos da família atinge um outro campo importante da esfera conjugal: a vida sexual. Nas orientações sobre a vida íntima do casal cristão, podemos perceber alguns reflexos da luta feminina pós-60 e do surgimento pílula anticoncepcional. As principais mudanças são: o prazer no ato conjugal foi admitido para ambos os sexos; acabou a concepção que o prazer deveria ser realizado fora do casamento; não seria mais considerado pecado o desejo sexual e o prazer; a possibilidade de desassociar o sexo da procriação, a mulher começa a buscar o prazer sexual ( DEL PRIORE,2006; VAINFAS 1986).

Na Assembleia de Deus Missão aos Povos, a “Revista da Escola Dominical” de 1993 afirma que “a intimidade entre o marido e mulher é pura, criada por Deus, tanto para a

procriação, como para a solidificação do lar.” (Revista Escola Dominical, 1993 Lição 12 p.42) Nessa revista não faz referência à relação sexual do casal como fonte prazerosa, ao contrário, tanto na lição 1 como na lição 12 que versa sobre a intimidade do casal, procura frisar mais sobre o aspecto procriador do sexo e a manutenção da pureza no ato. Esse assunto volta a ser tema na “Escola Dominical” após quase uma década, quando em 2002, é admitido a relação sexual como “satisfação amorosa do casal”, sendo que na lição 6 ainda ressalta a necessidade de observar a pureza e a “naturalidade” como aspecto determinante na intimidade do casal. Nessa lição, o autor da revista também impõe alguns limites importantes para manter a santificação do casal, conforme vemos nos seguintes trechos:

O sexo não deve ser concebido como algo imoral, feio e vulgar. Também não deve ser concebido como instrumento de prazeres egoísticos e de desventura infligida ao próximo. Deve, antes, ser compreendido à luz da Bíblia como algo criado por Deus no ser humano para sua satisfação pessoal e preservação da espécie acompanhadas de vidas santas, puras e virtuosas.

O ensino bíblico é que o homem deve desfrutar o sexo com a esposa de modo normal, racional, sadio e amoroso não com a namorada ou noiva.

O que tem arruinado o sexo e o tornado repulsivo por muitos é o seu uso ilícito, antibíblico, antinatural, anticristão, antissocial e sub-humano.

c) Deve ser santa (1 Pe 1.15 e 1 Ts 4.4-8). A santidade se aplica também ao nosso corpo, uma vez que o Espírito Santo habita em nós (1 Co 6.19,20), razão pela qual toda e qualquer prática sexual ilícita (aberrações, bestialidade etc.) não devem ser permitidas; além de pecaminosas, não contribuem para o ajustamento espiritual do casal.

d) Deve ser natural (Ct 2.6; 8.3). As relações sexuais anal e oral são antinaturais e sub-humanas, portanto, reprováveis. (Revista Escola Dominical, 2002, Lição 6)

Com isso, percebemos que se admite o prazer mutuo na relação sexual, desde que seja feito de forma natural, ou seja, o casal não tem liberdade para escolher posições que melhor lhe agradem, pois isso estaria contra a orientação divina. Além disso, nessa revista a Assembleia de Deus Missão aos Povos trabalha com a questão de controle familiar e controle de natalidade, onde orienta seus membros a não praticarem esse ato sem uma consulta intensa a Deus e a sua consciência, a fim de não interromper a função principal do casamento e da relação sexual, a procriação.

Os filhos são bênçãos do Senhor (Sl 127.3-5; 128.3,4) e não devem ser evitados por razões egoísticas e utilitaristas. A limitação de filhos por vaidade é pecado, mas por necessidade, como no caso de doença da mãe, e que lhe cause risco de vida, cremos ser moralmente justificável; mas isso depende da consciência de cada um diante de Deus, pois, como já foi dito, o que não é de fé é pecado (Rm 14.23). (Revista Escola Dominical, 2002, Lição 5)

Essa visão se aproxima bastante da Igreja Católica, conforme nos apresenta tanto o pesquisador Felipe Aquino, como o próprio catecismo da igreja. No Catecismo podemos ver a seguinte afirmação:

A sexualidade é fonte de alegria e de prazer. O próprio Criador... estabeleceu que nesta função (i. é, de geração) os esposos sentissem prazer e satisfação do corpo e do espírito. Portanto, os esposos não fazem nada de mal em procurar este prazer e em gozá-lo. Eles aceitam o que o Criador lhes destinou. Contudo, os esposos devem saber manter-se nos limites de uma moderação justa. (Cat. 2362)

Essa “moderação justa” significa manter a relação sexual dentro da normalidade e naturalidade do sexo, focando principalmente no modo de não evitar o objetivo da procriação. Com isso, para Felipe Aquino “O prazer do ato sexual é uma consequência, e não um fim em si mesmo. Colhe-se o orgasmo como fruto da união íntima do casal que ali se realiza como a celebração do amor conjugal” (AQUINO; 2010, p.101). Nesse contexto o autor comenta que os atos sexuais que vão contra a natureza, e ferem o ato procriador (como o sexo anal, oral ou qualquer uso de contraceptivos) é condenados pela igreja.

É moralmente ilícito: Provocar em si atos solitários quando constituem um perigo de orgasmo; retirar-se da união antes da ejaculação para que esta não invada a vagina. É um ato contraceptivo de onanismo condenado no antigo testamento; Penetrar apenas a vulva e ejacular na mesma, especialmente quando se visa evitar a procriação; É ilícito o marido continuar a própria excitação se a mulher já se retirou... O ato sexual anal não está de acordo com a natureza, e nem permite que o mesmo esteja aberto à geração de uma nova vida. (AQUINO, 2010.p. 101)

Ainda sobre o uso de métodos contraceptivos e fecundação artificial, podemos encontrar as seguintes orientações:

A continência periódica, os métodos de regulação da natalidade baseado na auto-observação e no recurso aos períodos infecundos estão de acordo com os critérios objetivos da moralidade... Em compensação, é intrinsecamente má toda ação que, ou em previsão do ato conjugal, ou durante a sua realização, ou também durante o desenvolvimento de suas consequências naturais, se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação. (Cat. 2370)

Essas técnicas (inseminação e fecundação artificiais) lesam o direito da criança nascer de um pai e uma mãe conhecidos dela e ligados entre si pelo casamento. Elas traem o direito exclusivo de se tornar pai e mãe somente um por meio do outro. (Cat. 2376)

Essa regulação da vida íntima dessas igrejas mais tradicionais são resquícios da cultura ocidental medieval e moderna que permaneceu até aos nossos dias. Ronaldo Vainfas demonstra que desde o surgimento dos teólogos que defenderiam o casamento no Séc.V, principalmente com Agostinho, o controle do desejo sexual no casamento era sinônimo de castidade e santificação. Mesmo que para esses teólogos a conjugação carnal era obrigatório para a efetivação do matrimônio, a condenação do prazer sexual, principalmente no caso da mulher era visível. Já no século XII e XIII, com a sacramentalização do casamento, valoriza-se a noção do relacionamento sexual como “débito conjugal”. Essa noção permeia aquilo que vemos na revista de 1993 da Assembleia de Deus Missão aos Povos e nas orientações católicas, que a relação sexual serviria para a “procriação e a solidificação do lar” afastando assim todo tipo de “adultério e a impudícia”. Segundo o autor, mesmo que os teólogos concebessem a ideia de “igualdade absoluta” entre o homem e a mulher na esfera sexual, o que se via era a manutenção de formas diferentes na cobrança pelo ato sexual, “aos homens cabia a demanda explícita e às mulheres, a demanda implícita” (VAINFAS, 1986,P.39). Isso significava que o papel da mulher deveria ser passiva, a fim de demonstrar a sua pureza diante da sociedade. Com isso, as posições sexuais que não privilegiariam a gestação da vida, eram consideradas pecaminosas e contra a natureza racional do homem, levando a igreja católica a perseguirem esses atos durante a inquisição.

Nesse sentido, Mary Del Priore demonstra como essa cultura ocidental foi importante na construção da mentalidade brasileira, com a manutenção quase hegemônica do catolicismo, desde a era colonial até a segunda metade do século XX. Fato que começaria a mudar nas últimas décadas do século XIX, quando o amor e a sexualidade se tornam essenciais na escolha do conjugue e no convívio do casamento. Ela demonstra como a mentalidade católica privilegiava o sexo masculino durante os primeiros séculos após a colonização do Brasil. Como já falamos, quando o casamento era um meio de interesses políticos e econômicos, o relacionamento sexual era visto apenas como manutenção da família com a procriação. Ali, o homem escolhia o dia e a hora para terem a conjugação carnal, e a mulher casada era apenas um meio para a realização da família. Nesse caso, a mulher casada era para a procriação e a mulher prostituta para a busca pelo prazer. Com isso, a manutenção da concepção da família nuclear católica, passava-se também pelo aspecto da vida sexual do casal, que mesmo após a revolução sexual pós-60, encontramos a permanência da concepção do sexo casto nas igrejas mais tradicionais, como é no caso da Assembleia de Deus Missão aos Povos e da Igreja Católica (DEL PRIORE, 2006).

Todavia, com a revolução sexual e o surgimento da pílula anticoncepcional pós-60 permite uma maior emancipação da mulher na sociedade brasileira, pois ao desassociar o sexo para a procriação, a mulher começa-se a procurar também o prazer sexual. Essa mudança afeta a vida conjugal, pois o homem agora precisa se libertar das suas práticas sexuais egoístas, e procurar satisfazer a sua mulher sexualmente. Isso se torna uma demonstração de virilidade masculina e de uma maior maturidade conjugal. (DEL PRIORE, 2006; VINCENT, 1992).

É nesse sentido que percebemos uma maior liberdade destinada aos casais da igreja neopentecostal Shalom Comunidade Cristã em relação a sua vida sexual. Na apostila para curso de casais, vemos a seguinte orientação:

Como desenvolver um relacionamento sexual satisfatório

Buscar compreender a necessidade sexual do cônjuge. Não sejam egocêntricos.

Usar topo o tempo necessário para a realização do ato. Procurem descobrir o horário mais adequado para ambos.

Criar uma expectativa com relação ao ato. Programar a mente.

Conversar abertamente sobre tudo – posições, pontos de excitação (áreas erógenas), tipos de palavras, problemas íntimos.

Perdoar-se mutuamente...

Não comentar sobre a vida sexual de vocês com outras pessoas sem o consentimento de seu cônjuge.

Caso seja necessário, pedir ajuda a um casal maduro e de confiança.

Buscar em Deus o sucesso nesta área.

A alegria de 2 serem 1.

“Goza a vida com a mulher que amas.” Ec.9.9

“Seja bendito o teu manancial e alegra-te com a mulher da tua mocidade.” Pv. 5.18

Qualquer posição é válida, desde que não seja desconfortável, especialmente à mulher.

Como discernir o que “pode” do que “não pode”, se a bíblia não faz nenhuma menção específica do assunto?

Consulte sua consciência

É necessário que os dois estejam de acordo.

A revolução sexual de 1960, com a descoberta da pílula anticoncepcional, permitiu à mulher desfrutar do relacionamento sexual, apenas pelo prazer. Isso alterou as relações sociais, permitindo um relacionamento mais aberto e sem compromisso, levando as igrejas mais tradicionais a resistirem esse processo de libertação da mulher (DEL PRIORE, 2006). No caso da Igreja Shalom Comunidade Cristã, absorveu-se esse pensamento da liberdade sexual dentro dos limites do casamento, permitindo que o prazer fosse desfrutado sob a esfera

da vida privada do casal. Com isso, os valores éticos da vida sexual foram transferidos para a subjetividade do casal, que, conforme a documentação, deve-se consultar apenas a “consciência” e a anuência do seu parceiro. Ficando claro que no caso da Igreja Shalom Comunidade Cristã, existe uma maior rigidez durante o namoro cristão, mas uma maior liberdade dentro do casamento.

Com isso, percebemos que a concepção de casamento nas igrejas cristãs estudadas, permeia a concepção da família nuclear como base fundamental da ética cristã. E com isso, delinea os papéis, funções e responsabilidades de cada cônjuge, para a manutenção do casamento. É nesse momento que percebemos algumas rupturas e continuidades dentro dessas matrizes religiosas. O papel do homem como chefe do lar, e a mulher como dona de casa, submissa a direção masculina; a relação sexual como ato procriador e mantenedor da vida familiar são alguns exemplos dessas permanências dos costumes e controles da sociedade ocidental medieval. Entretanto, a emancipação da mulher na vida conjugal, como a participação no mercado de trabalho e maior liberdade na vida sexual; bem como a busca por famílias mais democráticas na convivência do lar e os novos arranjos familiares, são as principais transformações que identificamos nos ensinamentos das igrejas estudadas.

No entanto, sabemos que os membros das igrejas estão inseridos dentro de transformações sociais e políticas mais abrangentes que aquelas que são apresentadas nos ensinamentos dogmáticos das igrejas. Ocasionalmente assim atitudes que destoam dessas normativas das igrejas ou situações críticas que precisam ser tratadas pela igreja no aconselhamento pastoral. No aspecto do casamento, podemos citar os problemas conjugais de ordem moral (infidelidade conjugal) ou social (brigas e discussões que demonstram a falta de compatibilidade do casal), que podem levar ao divórcio. Com isso, é importante verificarmos como cada igreja se posiciona sobre o aconselhamento conjugal e a disciplina pastoral.

### **3. ENREDOS E PRÁTICAS: PROBLEMAS CONJUGAIS, DIVÓRCIO E NOVO CASAMENTO**

Os aconselhamentos pastorais dão vida às narrativas que demonstram como as práticas religiosas estão de acordo ou destoantes da doutrinação e ingerência da igreja. Nesse momento, essas narrativas das pessoas servirão de plataforma de observação de como se dão as rupturas e continuidades entre as práticas cotidianas e as doutrinas sobre o matrimônio. Essas narrativas nascem a partir da minha experiência como um dos líderes da igreja Shalom Comunidade Cristã, quando desempenhei papel de conselheiro de problemas conjugais e processos de divórcios dentro da igreja.

Em relação aos processos de separação e divórcio, dos 11 casamentos que ocorreram dentro do meu grupo de discipulado, 5 passaram por processos de separação e divórcio. A seguir passo a descrever essas narrativas e analisá-las no intuito de demonstrar a proximidade e o distanciamento entre o ensino e a prática dos ensinamentos da igreja Shalom Comunidade Cristã.

#### **3.1. Relatos de casos**

O casal A. e F. se casou em 24 de janeiro de 2004, ele com 32 anos e ela com 24 anos. Logo nos primeiros anos de casamento eclodiram as primeiras brigas, sobre os problemas financeiros e divergências na criação de filhos. Os dois já estavam no segundo casamento e tinham filhos do primeiro matrimônio. Como o rapaz era obrigado a pagar a pensão alimentícia, sobrava pouco para arcar com as despesas financeiras da família. Embora a garota trabalhasse, ela também não conseguia manter o padrão de vida de solteira. Quando as brigas já estavam fora de controle, fui chamado para o aconselhamento do casal pela garota. Assessorado pelo meu pastor, iniciamos o processo de restauração familiar. Nesse processo, o rapaz foi aconselhado a se afastar do lar, para que as visitas quinzenais fossem individuais, a fim de tentarem alcançar a reconciliação. Porém, a garota resolveu se afastar da igreja, dificultando assim o aconselhamento pastoral e a restauração do casamento. Por fim, o rapaz



também desertou da igreja, pondo fim ao aconselhamento pastoral e efetivando o divórcio desse casal.

O segundo casal, S. e M., casou em 2002, ambos na faixa etária dos 21 anos, tinham diferentes projetos profissionais. Ele, autônomo e empresário na área de construção civil, ela publicitária de uma importante empresa na cidade de Uberlândia. No ano de 2010, o rapaz descobre mensagens de um possível amante, dando origem a sérios problemas conjugais. Acontece que logo que fomos chamados para tratar da situação, o rapaz já havia tomado a atitude de reconciliação do casamento. Mesmo assim, segundo a orientação pastoral, quando existe uma traição, aquela aliança feita no casamento é quebrada, sendo necessário uma nova aliança. Nesse processo de construção de um “novo casamento”, orienta-se o casal a manter-se afastado sexualmente por um período estipulado pelo pastor, a fim de provar o arrependimento e a reconciliação. Após esse período cumprido, foi feita uma cerimônia em família de reforço aos votos de casamento e restauração conjugal.

O terceiro casal, A. e A., casou-se em 2009, com diversos problemas já no noivado. Ela com 16 anos e ele com 20 anos, demonstraram imaturidade para conviverem um relacionamento conjugal. As desconfianças mútuas e os ciúmes foram as principais queixas do rapaz sobre as diversas brigas do casal. Nesse caso, o rapaz nos procurou dizendo que queria separar-se, pois acreditava que a sua esposa não tinha maturidade emocional para resolver os dilemas conjugais. Não sendo possível a restauração familiar, o pastor orientou um afastamento por 2 meses do casal, nesse período o garoto se envolveu sexualmente com outra pessoa e abandonou o casamento e a igreja. Com isso, a garota estava liberada para casar-se novamente, o que ocorreu em alguns anos depois.

O quarto casal, E. e N, casou-se em abril de 2010. Ambos na faixa etária dos 30 anos. Após seis meses de casados, descobriu-se uma traição no noivado, por parte do rapaz. Havia uma pré-disposição ao arrependimento e a reconciliação conjugal. Nesse caso, foi necessário o período de afastamento de dois meses do convívio familiar, e após esse termino houve o processo de restauração da aliança conjugal, por meio de uma cerimônia familiar de reafirmação dos votos.

O quinto casal casou-se em outubro de 2010, ela com 17 anos, e ele com 18 anos. O casal C. e A. conviveu por oito anos sem apresentar muitas queixas sobre o convívio conjugal, porém algumas vezes a esposa reclamava da falta de romantismo e divergências na criação de filhos. O rapaz, por sua vez, tinha ressalvas sobre a vida doméstica da esposa, que, na visão dele, ela não exercia com excelência os seus deveres de “rainha do lar”. Tais divergências se acentuaram, levando a esposa a pedir um afastamento para tentar restaurar seu casamento.

Porém, nesse processo de afastamento ela se envolveu com outra pessoa, abandonando esse processo de restauração familiar e a igreja.

Essas narrativas nos permitem visualizar as diversas nuances das rupturas que ocorreram contemporaneamente, afetando diretamente as práticas cristãs do casamento. O primeiro caso é típico das novas configurações familiares do século XXI, onde o planejamento financeiro e a qualidade de vida do casal é medida pelo sucesso profissional dos cônjuges. Conforme vimos com Vincent (1992), a privatização da família leva a perda da sua identidade como uma estrutura jurídica forte, baseado na cumplicidade e no projeto de vida da família gerenciada pelo homem. Quando, no auge do capitalismo, a comodidade e a vida material não são alcançadas, geram-se dificuldades de permanência no casamento. Essa nova configuração da família, segundo Elza Berquó (1998), levou a um aumento de divórcios pós a década de 90.

Além disso, percebe-se um aumento considerado na infidelidade conjugal, nas transformações dos papéis femininos no ambiente familiar, ao saírem para o mercado de trabalho.

Essas profundas transformações ocorridas nos dois últimos séculos, afetaram a estrutura dos fundamentos do casamento na ética cristã. O amor e o sentimento da paixão tomou lugar dos projetos de casamentos arranjados por interesses econômicos, sociais e políticos; A mulher emancipou-se, desertou-se do lar e ocupou espaços na sociedade que apenas os homens poderiam acessar devido ao contexto da estrutura patriarcal. A modernidade transformou o lar em um espaço privado e individual, proporcionando cada vez mais comodidades, diversões e afastamento da esfera coletiva e familiar. O sustento da família se tornou compartilhado entre os cônjuges, e agora a mulher com mais autonomia e liberdade começa a participar nos projetos de vida da família. O convívio conjugal passou-se a buscar cada vez mais a felicidade, levando os cônjuges a ficarem refém do sentimento da compatibilidade, do amor, da paixão e da reciprocidade, ocasionando assim uma série de problemas conjugais que antes eram silenciados pelos casais: problemas na vida sexual, financeiros, falta de respeito e cuidado com a mulher, desavenças sobre os projetos de vida elaborados em família; bem como aqueles que já era considerado comuns nos séculos anteriores, mas foi intensificado com a urbanização, como: a infidelidade conjugal e a violência doméstica (DEL PRIORE, 2006; FAUSTO, 1998; VINCENTI, 1992; MACHADO, 1996).

Diante dessa realidade, as igrejas cristãs têm preparado os seus ministros para atender as múltiplas demandas familiares, por meio de cursos e produção bibliográfica de diversos

pesquisadores da área. Com isso, é importante lembrar-se da estrutura hierárquica das igrejas, e como se dá esse aconselhamento pastoral. É nesse momento que o trabalho atual encontrou limites na captação de enredos que demonstraria como os membros correspondia aos manuais de ensino das igrejas, abordados no capítulo anterior. Isso ocorreu devido à falta de acesso às narrativas principalmente da Igreja Assembleia de Deus Missão aos Povos e a Igreja Católica Apostólica Romana. No caso da Shalom Comunidade Cristã foi possível encontrar algumas narrativas, conforme descrito, que demonstram a construção do conceito de casamento entre as práticas cristãs de um grupo de membros. Entretanto, ainda é possível vislumbrar nos documentos de ensinos dessas três igrejas como é tratado a questão do divórcio e do aconselhamento pastoral.

### **3.2. Divórcio e novo casamento: aspectos teóricos e práticos nos aconselhamentos pastorais**

A busca pelo aconselhamento pastoral na Igreja Assembleia de Deus Missão aos Povos e na Igreja Católica, bem como as tratativas à cerca do divórcio se assemelham bastante. Nesses casos, os primeiros a serem procurados para atenderem a essas demandas são os sacerdotes locais (os padres ou os pastores). Podemos dizer que desde quando foi instituída a confissão obrigatória no IV Concílio de Latrão em 1215, ampliou-se o poder de controle da igreja e a cultura de procurar o sacerdote para ter a remissão dos seus pecados. (DELUMEAU, 2003) Dentro dessa cultura de confissão, institui-se também paralelamente o conselho pastoral, quando reconhece-se a autoridade sacerdotal como mediadora entre Deus e os homens, e guardião da moral e da lei divina. Segundo Jean Delumeneau, para quem estuda o fenômeno da confissão precisa-se separar entre aquelas que são voluntárias, das que são obrigatórias. E nesse processo, segundo o autor há uma predisposição em fugir-se da confissão obrigatória ou até mesmo ocultarem-se pecados. Com isso, quanto maior proximidade e amizade há entre o sacerdote e o fiel, há mais eficácia no processo confessional (DELUMEAU, 2003).

É nesse sentido, que a Igreja Assembleia de Deus Missão aos Povos elaborou um curso de aconselhamento pastoral, a fim de preparar seus ministros para socorrer as diversas dificuldades apresentadas pelo seus membros.

O conselheiro, neste caso o pastor, precisa ter como que um cilindro de ar (oxigênio) para poder atender as pessoas que lhe procura, assim como um doente que está se sufocando, assim é a pessoa que necessita de um conselho, este poderá revitalizar as forças do cansado, desanuviar a mente entorpecida do aconselhamento enfermo por nebulosas de dúvidas, receios, tristezas, rancores e outros males que asfixia o interior e a nossa alma. (OLIVEIRA, et al. 2015 p.42).

Segundo a pesquisadora Maria Regina Azevedo Lisboa (2008) o aconselhamento é “o canal mais eficiente por onde os princípios assembleianos encontram passagem”. A autora nos apresenta como funciona esse atendimento:

O aconselhamento oficializado pela igreja cria uma rede organizada em torno dos “pastores de área” e dos coordenadores dos grupos em que a igreja está dividida, com suas respectivas esposas, e é coordenado por seu pastor-presidente, a quem os fiéis recorrem primeiramente. Neste caso, é necessário que o atendimento seja agendado com antecedência através do preenchimento de um formulário padrão com dados pessoais e o(s) motivo(s) da procura, sendo o fiel chamado de acordo com a disponibilidade do pastor-presidente. A precedência do presidente sobre outros conselheiros reforça seu poder sobre o grupo, já que é ele quem tem maior acesso às informações mais particulares do comportamento dos fiéis. Em casos de urgência, há sempre um conselheiro de plantão. (LISBOA, 2008, P.81)

Além disso, a autora salienta que o aconselhamento é feito com pessoas do mesmo sexo, ou em casal quando se trata de problemas conjugais. Nesse caso, normalmente as primeiras a procurar ajuda são as mulheres, cujas reclamações principais são: “infidelidade do marido e ausência de “carinho e atenção” por parte deles, que algumas expressam como falta de “diálogo” entre o casal” (LISBOA, 2008. P.83). Esse relato é importante quando comparamos com os ensinamentos encontrados nas revistas da Escola Dominical. Demonstrando assim um distanciamento entre o ensino e a prática cristã por alguns membros, ressaltando ainda o protagonismo da mulher (ao procurar ajuda pastoral) em face daquela imagem passiva e reclusa apontada pela família nuclear tradicional. (DEL PRIORE, 2006).

Sobre isso, vemos na revista da escola dominical de 1993, na lição 7 sobre o divórcio, afirma que as desavenças do lar é fruto da falta de santificação dos cônjuges, que resolveram deliberadamente desobedecer a lei de Deus, e que portanto o caminho da obediência é o mesmo da restauração familiar. Os problemas listados na lição como possíveis atos de desobediência são o casamento misto, pela secularização do mundo, egoísmo e flexibilização moral das pessoas. Segundo a lição ainda, o divórcio só seria permitido “em casos especiais” como infidelidade conjugal ou abandono. Sendo que se entende por divórcio “a dissolução legal do vínculo matrimonial em vida dos cônjuges, com direito a contrair novas nupciais.”

(Revista Escola Dominical, 1993, A família Alicerce da Sociedade, lição 7, p. 25) . Após uma década, em 2002, a Revista volta a tratar do assunto do divórcio, agora com uma nova abordagem. Para os casais que ambos são convertidos, “Se não houver algum dos motivos permissivos (Mt 19.9 e 1 Co 7.15), não há qualquer justificativa para o casal se divorciar, mas em caso de desarmonia, buscar o caminho da reconciliação.” Agora para casais mistos, aonde um dos cônjuge não é da igreja, existe a seguinte orientação:

Mas, há casos em que a convivência do crente com o descrente (ou desviado), torna-se uma verdadeira escravidão. Não deve partir do fiel a iniciativa da separação, mas se o cônjuge descrente quiser a separação, o crente não pode ficar “sujeito à servidão” (v.15). Após o tal divórcio, o cristão fica livre para casar-se de novo. “Nesse caso, o crente fiel já não está escravizado aos seus votos conjugais” (Bíblia de Estudo Pentecostal. CPAD). (Revista Escola Dominical, 2002, Lição 7)

Essa abordagem é fruto de uma transformação no cenário matrimonial brasileiro, conforme apresenta os dados apresentados por Elza Berquó (1992), que nas últimas décadas há um aumento progressivo na quantidade de divórcio, e um declínio na “taxa bruta de nupcialidade legal”, apresentando assim uma alteração na mentalidade da sociedade sobre o casamento na ótica cristã. Nesse mesmo sentido, Mary Del Priore (2006) explica que as transformações ocorridas nas últimas décadas são vistas por um “novo movimento” na esfera social no Brasil, que marcou uma transição muito lenta “entre ‘o amor idílico’ dos avós para a ‘sexualidade obrigatória’ dos netos.” (DEL PRIORE, 2006. P.333). Para a autora, a flexibilização da moral é fruto da desestruturação do domínio da família e da igreja sobre o indivíduo, sendo que a ciência tem um aspecto fundamental nesse processo com a criação de contraceptivos, que desassociou o amor a sexualidade, o amor e o casamento. Além disso, a autora conclui que o aumento do divórcio não significa que antigamente as mulheres eram mais felizes e realizadas no lar, e que a estrutura familiar forte não permitiria o divórcio; mas demonstra sim uma posição de servidão e de falta de oportunidades para demonstrar a sua insatisfação no casamento, bem como o apoio da sociedade, da família e da igreja. Com isso, a emancipação e a autonomia da mulher permitiu o seu empoderamento, exigindo assim o respeito, o cuidado e a igualdade como base de um bom convívio conjugal (DEL PRIORE, 2006). .

Podemos perceber esses novos movimentos também dentro dos ensinamentos da Assembleia de Deus Missão aos Povos, na Escola Dominical. Ao estudar as revistas, percebemos um aumento considerativo na abordagem sobre o casamento, o divórcio e

conselhos mais específicos para que os casais possam manter um bom relacionamento conjugal, durante a primeira década do século XXI. Sendo que na década de 90, apenas a revista do terceiro trimestre de 1993 aborda o tema sobre o divórcio; já na próxima década encontramos essas lições nos anos de 2002, 2003, 2005, 2007 e 2009. Além do aumento da periodicidade desses assuntos nessa década, percebe-se também uma nova abordagem sobre o assunto, conforme já demonstramos. Nelas não apenas condena a conduta do divórcio e da cultura vigente, mas procura-se ensinar como o diálogo, a espiritualidade, as demonstrações de amor e de respeito são a base para um bom convívio conjugal.

Já para a Igreja Católica, o padre paroquial também é o principal responsável por esse aconselhamento cristão, bem como a primeira ponte para pedidos de nulidade no casamento. Digo isso, pois mesmo com a pressão da sociedade, com as novas relações sociais entre os homens e mulheres, não há nenhuma alternativa dentro do catolicismo para o divórcio. Segundo West e Francis (1970) as leis matrimoniais são estabelecidas pelo magistério, observando tanto a tradição católica, como a bíblia. Nessas leis matrimônias, após o casamento ser realizado, os casais podem adotar apenas duas medidas para conseguir a sua dissolução.

A primeira medida é a separação judicial, ocasionado por casos como a violência ou o adultério, porém não é permitido um novo casamento. Por isso, a igreja não chama essa separação de divórcio. Essa separação pode ter caráter temporário, caso haja uma reconciliação ou pode ser permanente.

A segunda opção é o pedido de nulidade do casamento, quando o casal declara que o casamento nunca existiu e, portanto, deve ser considerado nulo; nesse caso é permitido um novo casamento. Nesse sentido, Felipe Aquino (2007) apresenta as diversas possibilidades que podem dar permissão a algum dos cônjuge a fazerem esses pedidos, tais como: falhas de consentimento (cân. 1057 e 1095-1102); impedimentos dirimentes (cân. 1083-1094); falta de forma canônica na celebração do matrimônio (cân. 1108-1123). Com isso, após procurar o padre paroquial, o cônjuge que deseja pedir a nulidade do casamento deve escrever um documento oficial chamado *libellus*, que deverá conter: a descrição do motivo da nulidade; certidão de batismo e casamento; nome de sete testemunhas; endereço e o nome do padre da paróquia. (AQUINO, 2007; WEST; FRANCIS, 1970).

Contudo, West e Francis (1970) nos conta como é penoso o pedido de nulidade de casamento, tanto financeiramente como emocionalmente. Principalmente a mulher passa por diversos constrangimentos para conseguir provar a não consumação do casamento, por meio de exames médicos. Para exemplificar essas situações, o autor nos apresenta diversos casos

concretos que solicitaram esse procedimento. Casos que demonstram tanto a impotência masculina, como resistência feminina para consumir o casamento. É claro que esses casos não refere-se ao nosso objeto de estudo, porém não foi possível acessar os processos de divórcio contido na diocese em Uberlândia. O que se pode dizer com isso, é que mesmo havendo uma rigidez no processo de nulidade de casamento, ainda diversas pessoas passam por situações constrangedoras para buscarem uma tranquilidade em sua consciência, demonstrando assim a importância que é dada à religião.

Por fim, um fator diferenciador das igrejas pentecostais e neopentecostais, é o fato que os membros que não adotarem esses procedimentos, e tiveram seus novos casamentos por meio legal, podem frequentar as missas e ter comunhão com a igreja; só fica proibido a participação do ritual “a ceia do senhor” (Cat. 1651). Já nas duas igrejas pentecostais e neopentecostais, algumas atitudes podem provocar a exclusão dos seus membros, e impedirem de frequentar a suas reuniões. No caso da Assembleia de Deus Missão aos Povos, vemos isso no Artigo 6 do Estatuto da igreja, entre as opções de exclusão temos o adultério, a fornicação e a prostituição. Conforme vemos no trecho abaixo:

Art. 6º. Será desligado do Rol de Membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus e perderá sua condição de membro, inclusive seu cargo e função, se Pertencente à Diretoria ou ao Ministério, aquele que:

- I – solicitar voluntariamente seu desligamento ou transferência para outra denominação, por motivo de consciência ou de crença, e por escrito. ✓
- II – descumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria da Igreja, nos limites de suas competências.
- III- não pautar sua vida conforme os preceitos bíblicos, cujo comportamento se tornar notoriamente inconveniente negando os requisitos preliminares de que trata o art. 5º e seus parágrafos.
- IV- não cumprir seus deveres expressos neste estatuto e as determinações da administração geral; ✓
- V- promover dissidência manifesta ou se rebelar contra a autoridade da igreja, Ministério e das Assembleias;
- VI- vier a falecer;
- VII – não viver de acordo com as doutrinas da Bíblia Sagrada, praticando: ✓
  - a) o adultério ( Ex 20.14 );
  - b) a fornicação ( Ex 20.14 );
  - c) a prostituição ( Ex 20.14 );
  - d) o homossexualismo ( Lv 18.22; 20.13; Rm 1.26-28 );
  - e) a bestialidade ( Lv 18.23-24 );
  - f) o homicídio e sua tentativa ( Ex 20.13, 21.18-19 );
  - g) o furto ou roubo ( Ex 20.15 );
  - h) crime previsto pela lei penal, demonstrado pela condenação em processo criminal ( Rm 13.1-7 );
  - i) rebelião ( 1 Sm 15.23 );
  - j) a feitiçaria e suas ramificações ( Ap 22.15; Gl 5.10 ).
  - k) Abandono da fé e da comunhão da igreja ( Heb. 10:25 )
  - l) Apostasia e outros fatos que venham contrariar aos Regulamentos e Atos Normativos da Igreja.

Já na Shalom Comunidade Cristã percebe-se essa prática na lição 7, da revista Escola de Vencedores, Edificação, do terceiro nível. Ali a Igreja demonstra como é realizado o processo de disciplina na igreja, com a finalidade de recuperar aqueles que desviaram da

conduta cristã, e com isso passa-se por quatro fases de exortação, sendo que o último é a exclusão do membro. Sendo que o primeiro nível é a exortação pessoal, quando o líder confronta o pecador; o segundo nível é a exortação coletiva, quando na segunda oportunidade de confronto, o líder leva testemunhas para que possa comprovar a exortação; o terceiro nível é a exposição à igreja, nesse caso o assunto é exposto para a comunidade; e por fim, caso não haja o arrependimento, é procedido a exclusão do pecador. ( Revista Escola de Vencedores, Edificação, Lição 7)

Com isso, podemos perceber um ponto paradoxal a respeito das atitudes que levam a um processo de divórcio, pois no caso da Igreja Católica ela não permite seus membros a procurar o seu divórcio, porém não inibe as atitudes imorais que o provocaram; já nas igrejas pentecostais e neopentecostais estudadas, se vê uma possibilidade do divórcio e novo casamento, porém aquele que pecou é levado a um processo disciplinar e se não apresentar uma nova forma de pensar e agir sobre a sua atitude, é orientado para que não mais vá a igreja. Nesse caso, é importante salientar que não se exclui o divorciado, mas aquele que cometeu qualquer atitude de infidelidade conjugal, ou feriu alguma orientação específica da igreja.

Agora, sobre o processo de aconselhamento pastoral, a Igreja Shalom Comunidade Cristã tem uma atitude bastante diferente das duas primeiras. Conforme vimos no início do trabalho sobre a hierarquia da igreja, o ministro direto acima da membresia da igreja é a figura do líder. Esse papel de liderança sofreu uma profunda transformação no ano 2000. Antes dessa data, as reuniões nas casas recebiam o nome de “grupos familiares”, cuja característica era a quantidade de pessoas que se envolviam nesses grupos (podendo chegar a 40 ou 50 pessoas em cada grupo), nesse caso quem liderava esses grupos recebia o título de Líder.

No ano 2000, a igreja muda o seu modelo de governo, baseado na cultura do G12 ou governo dos 12. Esse modelo surge em Bolgotá, com os pastores Cesar e Claudia Castellanos. A ideia é repetir o modelo de Jesus ao escolher 12 discípulos para propagarem o evangelho. Com isso cada pastor escolheria 12 discípulos, sendo que cada discípulo deveria ser um líder de um grupo de pessoas que se reuniam nas casas, escolas, trabalho. Esse grupo de pessoas agora receberia o nome de “células”, conforme já explicitado no primeiro capítulo. A célula por sua vez deveria atingir um máximo de 12 a 15 pessoas, e logo quando atingisse esse número, o membro mais qualificado da célula, ajuntava com a metade do grupo e iria para um outro lugar, afim de que pudesse alcançar outra pessoa, tornando-se líder da nova célula. Com isso, o líder teria duas funções primordiais: a primeira função é a evangelização das pessoas e



a segunda era formar um grupo de 12 discípulos (Revista Escola de Vencedores, Nível 2, Visão e Evangelismo).

A multiplicação dos líderes produziu um grande impacto no crescimento da igreja, sendo que até o ano 2000 contava-se no máximo uns 300 a 400 membros, já em 2010 esse número já ultrapassava os milhares. Com isso, o aconselhamento pastoral se faz por meio de reuniões de discipulado e por encontros individuais com o líder do grupo de G12. Digo isso, pois fui um dos doze líderes do pastor responsável pelo grupo de jovens, de onde pude presenciar e muitas vezes ser o responsável por diversos aconselhamentos de casais, tanto em processo de separação, como em conflitos conjugais. Com isso, essas narrativas das pessoas serviram de plataforma de observação de como se dão as rupturas e continuidades entre as práticas cotidianas e as doutrinas sobre o matrimônio. É claro, farei isso com ética e respeito as histórias individuais, sem enunciar nomes ou características dos indivíduos que participaram desse momento.

Os aconselhamentos originam tanto no contato ativo do líder, que procura mensalmente saber como está a vida conjugal, financeira, moral e espiritual do discípulo; quanto os discípulos procuram o líder para confessar alguma dificuldade. Em relação aos problemas conjugais, as principais ocorrências são: falta de paciência do homem ou da mulher, que responde com gritarias ou com aspereza, demonstrando falta de respeito pelo cônjuge; problemas na área sexual, onde o homem ou a mulher deseja manter uma frequência alta ou baixa das relações sexuais; o homem reclamando que a mulher não cumpre o seu dever doméstico ou/e a mulher reclama que o homem não ajuda nas tarefas domésticas; falta de afeto e de diálogo no casamento; violência doméstica; infidelidade conjugal. Nesses casos, tratei os casos segundo a supervisão do meu pastor direto, sendo que na maioria das vezes evocava princípios bíblicos relatados já anteriormente nos ensinamentos cristãos, tais como: reforço dos papéis e responsabilidades definidos na Bíblia, ressaltando a importância da democracia, do equilíbrio e da flexibilidade segundo as demandas de cada um. Por exemplo, para casos onde a mulher trabalha para ajudar no sustento da família, é orientado que o homem ajuda nas tarefas domésticas ou que se pague uma ajudante. Em relação ao ato sexual, é reforçada a importância do romantismo, das variações nas posições sexuais, na busca pelo prazer feminino, e recomenda-se uma frequência de 3 atos sexuais na semana (dependendo de cada casal).

O processo de divórcio da igreja se assemelha com o processo de relacionamento. Primeiramente, são orientados a tirarem um tempo de oração e de tratamento psicológico a fim de conseguirem a restauração do casamento. Nesse tempo de oração, o pastor ou o

cônjuge pode solicitar uma separação temporária, onde o homem sai de casa por um tempo determinado a fim de resgatar o amor e a paixão do casal. Além disso, os líderes são orientados a fazerem um acompanhamento quinzenal, com estudos bíblicos a fim de recuperar a consciência cristã ou corrigir possíveis desvios. Esse processo pode durar um prazo de até 2 anos, nesse tempo orienta-se a não entrarem com processo de divórcio ou pedidos de guarda. Após esse tempo, o pastor responsável determina se a igreja aprova o pedido de divórcio, e caso seja aprovado o cônjuge poderá fazer um novo casamento.

Esses dados demonstram, como já foi dito, a influência dos novos comportamentos em relação ao matrimônio gerados no final do século XX. Quando olhamos as práticas vemos um processo maior de ruptura, do que é visto nos manuais de ensinos estudados. Percebe-se um movimento nas práticas cristãs que procura combater a visão da família nuclear estruturada por meio desses processos de divórcios ou procura por aconselhamentos que visa uma reorientação das novas demandas apresentadas pelos fiéis.

## CONCLUSÃO

Nessa pesquisa sobre a história das práticas do matrimônio, nas igrejas pentecostais e neopentecostais na cidade de Uberlândia, entre os anos de 1990 e 2010, procurei abranger todo processo de construção do vínculo amoroso, desde o desenvolvimento da amizade entre os futuros cônjuges, passando pelo namoro, depois o casamento e o seu convívio no lar, tendo como fundamento metodológico a análise de discursos sobre o divórcio e o sobre o novo casamento. Nesse mesmo sentido, procurei analisar os manuais de ensino, livros e pesquisas acadêmicas elaboradas por pastores, padres e mestres associados às três igrejas estudadas: a Shalom Comunidade Cristã, Assembleia de Deus Missão aos Povos e a Igreja Católica Apostólica Romana. Nesse processo de análise foi muito importante o contato com tais figuras religiosas, a fim de compreender como essas igrejas se organizam e elaboram diretrizes que objetivam normatizar a vida amorosa dos seus membros. Embora eu tenha participado de reuniões nas duas igrejas pentecostais e neopentecostais, conversado com os pastores e líderes religiosos que trabalham no aconselhamento de jovens em idade de namorar e de casais, além de ter contato com algumas lideranças da igreja católica, optei por encontrar nos documentos de cada igreja a fonte primordial para a construção do saber sobre essa cultura do casamento, em processo de transformações e continuidades. Após esses contatos pude ter uma clareza melhor na leitura desses documentos.

Além disso, é importante dizer que não consegui ter acesso a toda a documentação das igrejas Assembleia de Deus Missão aos Povos e da Católica sobre as orientações para casais e processos de divórcio, devido a alguns entraves colocados por seus líderes na burocracia, que demandaria um maior tempo para a sua liberação. Contudo, com os documentos acessados pude ainda ter um vislumbre dos movimentos dos corpos entre as igrejas estudadas, bem como perceber como esses materiais dialogam com a mentalidade sobre o casamento da sociedade uberlandense e brasileira, fruto de intensas lutas ao direito da liberdade feminina e na laicização do Estado. Portanto, uma pesquisa mais acurada em outros documentos dessas igrejas, tais como: processos de divórcios na diocese da Igreja Católica em Uberlândia, apostilas elaboradas especificamente para casais na Assembleia de Deus Missão aos Povos, e acesso às atas de casamento e acesso a manifestações de divórcio em cada igreja poderá ser crucial para suscitar novas descobertas sobre o assunto. Sabemos agora, depois de realizada essa pesquisa, que é importante ampliá-la ainda mais, a fim de identificar novas

nuances sobre essa ótica do casamento nessas igrejas, a fim de repensarmos os novos papéis, masculino e feminino, desempenhados no seio da família.

Na medida em que fui tendo contato com a documentação, as pesquisas de Mary Del Priore, Peter Brown, Ronaldo Vainfas, Gerard Vincent, Maria Lucia Montes e tantos outros, permitiram compreender o momento social, político e cultural que influenciaria nas rupturas e continuidades sobre os conceitos de amor, casamento e família durante essas duas décadas.

Primeiramente, sobre o processo de conhecimento, sedução e namoro dentro dessas igrejas, pude perceber que as duas igrejas (Assembleia de Deus Missão aos Povos e Igreja Católica) que davam maior liberdade aos jovens, também eram as mesmas que eram mais rígidas nas diretrizes sobre os problemas conjugais dentro do casamento, enunciados pelo discurso da improbidade nos processos de divórcio. Ao analisar essa liberdade no namoro pós anos 1990, percebemos que a mudança foi fruto de uma nova configuração no comportamento moral dos jovens, ocasionado pela diversidade dos locais de encontro e pela cultura do amor livre, advindas desde a década de 70, com a revolução sexual.

Sendo que essas transformações dão início a um novo movimento na década de 90, quando os jovens procuram um namoro sem compromisso para “se experimentarem” antes do casamento (DEL PRIORE, 2006). Com isso, mesmo que identificando uma oposição das igrejas ao namoro sem compromisso nos manuais de ensino, percebemos que existe por parte dessas duas igrejas uma maior tolerância no convívio do namoro/noivado. Já na igreja Shalom Comunidade Cristã percebe-se uma busca pela preservação dos costumes morais evocados pelo discurso da família nuclear até o início do século XX. Lugar onde os pais e amigos impunham uma vigilância maior na liberdade dos namoros e, portanto, essa concepção de namoro-amizade era ressaltada com maior veemência. Sob estas diretrizes, o namoro surge sob a tutela dos pais e dos líderes religiosos, que procuram evitar qualquer tipo de carícia ou contato físico de qualquer espécie entre os namorados, antes do casamento.

Já no casamento identificamos pontos de semelhanças e diferenças nos documentos das igrejas estudadas. Na documentação percebe-se uma noção do casamento com o objetivo de formar a família nuclear, composta de pai, mãe e filho, com papéis e responsabilidades bem definidas, onde o homem é a cabeça do lar e responsável pelo governo, sustento da família e representação da imagem da família à sociedade; a mulher é a dona da casa, responsável pela manutenção do lar e pela satisfação sentimental, psicológica, doméstica e sexual do marido.

No aspecto sexual do casal, percebe-se uma maior rigidez nas orientações da Assembleia de Deus Missão aos Povos e da Igreja Católica, pois é incentivado o coito com a

perspectiva da procriação acima do prazer sexual, e com isso as posições sexuais devem privilegiar a geração de vida. Além disso, o controle de natalidade por meio de contraceptivos é expressamente proibido na Igreja Católica, e recomendado com ressalvas na Assembleia de Deus Missão aos Povos. Já na Shalom Comunidade Cristã percebe-se uma maior tolerância na busca pelo prazer sexual dos casais, o que sugere que não há restrições para o coito realizado dentro do casamento.

A visão do papel feminino na família e na sociedade também é um ponto de divergência entre a Shalom Comunidade Cristã e as outras duas igrejas. Na ótica da Assembleia de Deus Missão aos Povos e da Igreja Católica, as mulheres não podem assumir papéis de autoridade dentro da estrutura eclesiástica, sendo permitidos apenas os serviços auxiliares e assistenciais. Essa mentalidade reflete também no âmbito familiar, percebe-se um apelo ao tríplice papel da mulher: mãe, esposa e dona de casa. No caso da Assembleia de Deus Missão aos Povos, apenas no século XXI, percebe-se uma certa abertura para a mulher ocupar o mercado de trabalho, como uma renda complementar da família. Já na Shalom Comunidade Cristã, a mulher ganha maior espaço tanto na esfera eclesiástica, como na familiar. Na estrutura eclesiástica a mulher é encorajada a se tornar líder de célula e pastora da igreja, lugar que desenvolve um papel de autoridade sobre outras mulheres em aconselhamentos, bem como preletora para toda a igreja. Na família, encontramos ressaltado o papel da “submissão ativa” da mulher ao homem, quando ela assume o papel de conselheira da família, porém ainda somente de ajudante do homem nas decisões em conjunto para o bem da família. Além disso, encontramos ensinamentos para as mulheres viúvas e divorciadas, apontando assim para os novos arranjos familiares, diferentes daqueles compostos pela família nuclear tradicional.

Outro ponto de diferenciação recai sobre o divórcio e novo casamento. Conforme apresentado por Elza Berquó, um aumento significativo de divórcio no final do século XX, faz com que as igrejas estudadas desenvolvessem lições sobre o assunto, normatizando como se deve proceder em cada igreja. Nesse assunto, encontrei mais ensinamentos sobre como evitar o divórcio, e a ótica cristã contrária a essa prática, do que documentos que demonstra como as igrejas procedem no aconselhamento e nas diretrizes na efetivação do divórcio. Minha pesquisa ficou limitada a relatos orais sobre como ocorrem esses aconselhamentos. Sendo que na Igreja Católica e na Assembleia de Deus Missão aos Povos não foi possível encontrar tais relatos, devido à privacidade preservada pelos sacerdotes; já no caso da Shalom Comunidade Cristã, como atuante, pude descrever e analisar como se dão o processo de

divórcio e aconselhamento na restauração familiar, por meio do testemunho direto desses acontecimentos, preservando a privacidade das pessoas envolvidas.

No âmbito teórico, o divórcio é definido como uma possibilidade dos cônjuges separados contraírem novas núpcias. Nesse quesito, a Igreja Católica não reconhece o divórcio sobre nenhum aspecto, permitindo sobre avaliação do tribunal a nulidade do casamento. Na Assembleia de Deus Missão aos Povos, o divórcio é consentido apenas para casos de infidelidade conjugal ou abandono do cônjuge descrente. Já na Shalom Comunidade Cristã existe uma maior tolerância sobre o divórcio, sendo que os casais passam por um longo processo de restauração familiar, mas caso não haja possibilidade de reconciliação, os pastores avaliam cada caso e podem liberar ou não, o indivíduo a contrair novas núpcias. Sendo que os motivos podem ser diversos, não apenas por infidelidade conjugal ou abandono.

No entanto, percebemos que existe uma diversidade teológica entre as igrejas estudadas, sendo possível encontrar traços de ruptura e continuidades dos reflexos das transformações sociais, políticas e culturais encontradas na sociedade brasileira. Nesse sentido, teoricamente, a Igreja Católica tem maiores características de permanência de traços da cultura medieval, onde o eixo da ética judaico-cristã é ressaltado pela continuidade da concepção da família nuclear, refletindo na vida sexual e social do homem e da mulher. Porém ainda é necessária uma pesquisa mais acurada, seja ela por fontes orais ou documentação arquivada na diocese de Uberlândia, para verificar como se dão na prática tais ensinamentos. No caso da Assembleia, principalmente após o início do século XXI, inicia-se um processo de transformação da cultura tradicional, trazendo à tona novos assuntos em suas revistas “Escola Dominical”, tais como: vida sexual, divórcio, namoro e outros. Contudo, ainda percebe-se uma maior tendência aos aspectos morais e sexuais anteriores à revolução sexual no país. Já no caso da Shalom Comunidade Cristã, mesmo que encontremos diversos aspectos da permanência da cultura judaico-cristã, como o papel da família nuclear, é possível encontrar mais pontos de ruptura construídos pós-1970 com a revolução sexual, tais como: busca pelo prazer sexual no casamento, maior autonomia e liberdade feminina, abertura para novos arranjos familiares, uma análise casual sobre o divórcio e o novo casamento.

A conclusão é que pode ser apropriado dizer que os novos comportamentos da sociedade brasileira, tem transformado o preceito da unidade do casal como base fundamental para o casamento, estabelecido na ética cristã: “... o homem deixará pai e mãe e se unirá a sua mulher, e os dois se tornarão uma só carne” (Mateus 19:5). Esse preceito delimitaria o papel da mulher como cooperadora da realização do plano familiar, estabelecido pelo marido. Porém, com o surgimento da valorização da privacidade, da individualidade no amor, da

maior liberdade e autonomia da mulher, transformou-se o ambiente familiar e as relações sociais. Digo isso, pois com a mulher ocupando outros lugares na sociedade, principalmente visando uma promoção na vida profissional, surgem planos individuais para a família. Agora a lógica para a manutenção da família não é mais aquela apontada por Gérard Vincent, em que o casal formaria uma dupla para conquistar o mesmo objetivo; atualmente casa-se por causa do amor, pela busca da felicidade e do desejo, onde cada cônjuge tem o seu projeto de vida profissional, e com isso a submissão da mulher ao homem se torna cada vez mais tensa, pois agora ela participa mais ativamente das decisões da família. Além disso, com o empoderamento feminino e com sua autonomia financeira, ela não mais dependerá do marido para que possa realizar-se como mãe e esposa. O seu sentimento de realização passa também pela conquista pública de uma boa posição na vida profissional.

Por fim, percebe-se uma transformação nos conceitos de casamento e de família na sociedade, à medida que novos objetivos para a contração do matrimônio foram absorvidos na modernização dos costumes. Isso provoca uma inquietação na teologia cristã, que levará algumas igrejas ora resistir a esse movimento e ora atualizar o seu discurso segundo os novos conhecimentos e comportamentos que a modernidade ou a pós-modernidade trouxeram. Nesse sentido, vejo como um progresso a adesão a isonomia, liberdade e privacidade que os últimos séculos trouxeram, com bastante luta dos movimentos sociais. Por outro lado, o distanciamento da família provocado pela busca de uma melhor qualidade de vida e comodidade tem afetado drasticamente a comunicação do casal, a educação dos filhos, o aumento da infidelidade conjugal e as transformações históricas de discursos e práticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Fontes

*A CURA da Nossa Afetividade e Sexualidade*. 4. ed. Cachoeira Paulista: Editora Canção Nova, 2003.

AQUINO, Felipe. *Ordem*. 3. ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2007.

AQUINO, Felipe. *Matrimônio*. 3. ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2007.

AQUINO, Felipe. *Vida Sexual no Casamento*. 3. ed. Lorena: Editora Cléofas, 2010.

*BÍBLIA Sagrada*: Tradução King James Atualizada. São Paulo: Abba Press Editora e Divulgadora Ltda, 2012.

BRASIL. *Estatuto da Assembleia de Deus em Uberlândia* de 10 de novembro de 2003.

*CATECISMO da Igreja Católica*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

DIAS, Humberto; Dias, Robin. *Curso para Casais*: Shalom Comunidade Cristã.

João Paulo II. *Código de Direito Canônico*. 4. ed. Lisboa, 1983.

Revistas Lições Bíblicas: *Família Alicerce da Sociedade*. 4 trimestre de 1993. Rio de Janeiro: CPAD, 1993.

Revistas Lições Bíblicas: *1 e 2 Coríntios os problemas da igreja e suas soluções*. 4 trimestre de 1997. Rio de Janeiro: CPAD, 1997.

Revista *Curso para Casais*: Shalom Comunidade Cristã. Uberlândia.

Revistas Lições Bíblicas: *Ética cristã, confrontando as questões morais*. 3 trimestre de 2002. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

Revistas Lições Bíblicas: *Família Cristã, eu e a minha casa serviremos ao Senhor*. 2 trimestre de 2004. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

Revistas Lições Bíblicas: *E agora, como viveremos? — A resposta cristã para tempos de crise e calamidade moral*. 4 trimestre de 2005. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

Revistas Lições Bíblicas: *Tempos trabalhosos — Como enfrentar os desafios deste século*. 2 trimestre de 2007. Rio de Janeiro: CPAD, 2007

Revistas Lições Bíblicas: *1 Coríntios — Os problemas da Igreja e suas soluções*. 2 trimestre de 2009. Rio de Janeiro: CPAD, 2009

MOHANA, João. *Namoro é isto*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006



NERY, Walter; NERY, Sandra. *Curso para Noivos*: Shalom Comunidade Cristã.

SCATES, Harry; SCATES, Elaine. *Uma jornada de 50 anos: Uma história de amor*. Uberlândia: Hoje Edições, 2009.

Shalom Comunidade Cristã: *FAMÍLIA*. Escola de Vencedores, Uberlândia, v. Nível 1.

Shalom Comunidade Cristã: *DOUTRINA*. Escola de Vencedores, Uberlândia, v. Nível 1.

Shalom Comunidade Cristã: *VISÃO E EVANGELISMO*. Escola de Vencedores, Uberlândia, v. Nível 2.

Shalom Comunidade Cristã: *VIDA ABUNDANTE*. Escola de Vencedores, Uberlândia, v. Nível 2.

Shalom Comunidade Cristã: *LIDERANÇA*. Escola de Vencedores, Uberlândia, v. Nível 3.

Shalom Comunidade Cristã: *EDIFICAÇÃO*. Escola de Vencedores, Uberlândia, v. Nível 3.

SUBIRÁ, Luciano. *O propósito da família: A importância da visão familiar na relação com Deus*. 1. ed. Curitiba: Orvalho.com, 2013.

## 2. Bibliografia

ARAÚJO, Maria de Fátima. *Família, democracia e subjetividade*. ORG & DEMO, Marília, p. 111-124, jan./ dez. 2008.

AZEVEDO, Thales de . *O casamento no Brasil, instituição e rito*. Sitientibus, Feira de Santana, p. 193-195, jan./jun. 1993.

BETTEGA, Maria Lúcia. *O casamento como manifestação de uma cultura: o caso de Nova Palmira*. Caxias do Sul, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras e cultura regional) - UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2007.

BOISSET, Jean. *História do Protestantismo*. Tradução Heloysa de Lima Dantas. 6. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. Tradução de: Historie du protestantisme.

BROWN, Peter . *Corpo e Sociedade: O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1990. Tradução de: The Body Society: Men, Women, and Sexual Renunciation in Early Christianity.

CAILLOIS, Roger. *O homem e o Sagrado*. Lisboa: Editora 70, 1950.

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de (org.). *Católicos, Protestantes, Espíritas*. Petrópolis, Vozes, 1973.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada*. In: Revista USP, nº 67, set/out, 2005.

COLLISSON, Patrick. *A reforma*. Tradução S. Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. Tradução de: The reformation.

COSTA, Fernando Vargas da. *Casamento, divórcio e novo casamento: Uma análise do conceito de Jesus e do Apóstolo Paulo contido nas Escrituras Cristãs e a sua contextualização para as famílias contemporâneas*. Curitiba, 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) - Universidade Federal do Paraná, 2015.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séc. 13-18)*. Tradução Álvaro Lorencini. Bauru: EDUSC, 2003. Tradução de: Lé péché et la peur.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1992.

BERQUÓ, Elza. *Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica*. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); SCHWARCZ, Lilia (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, v. 4, 1994. cap. 6, p. 411-439.

FAUSTO, Boris. *Imigração: cortes e continuidades*. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); SCHWARCZ, Lilia (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, v. 4, 1994. cap. 1, p. 13 - 63.

FONSECA, Andre Dionei ; FARIAS, Marcilene Nascimento de. *Relações de gênero e cultura religiosa: um estudo comparado sobre a atuação feminina na Igreja Evangélica Luterana do Brasil e Assembleia de Deus*. RHC. Rio de Janeiro, 2010. 37 p. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/84>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FRESTON, Paul. *Breve História do Pentecostalismo Brasileiro*. In: ANTONIAZZI, Alberto et. al. (orgs.). *Nem Anjos nem Demônios: Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-162.

GEREMEK, Bronislaw. *Igreja*. In: GIL, Fernando (Coord.). *Enciclopédia Einaudi: MYTHOS/LOGOS SAGRADO/PROFANO*. Tradução Bernardo Leitão. Edição Portuguesa, v. 12, 1987, p. 161-215. Tradução de: Igreja.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica e prova*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Editora Shwarcz Ltda, 2002. Tradução de: Rapporti di forza: storia, retorica, prova.

GOLDENBERG, M. *Intimidade*. Rio de Janeiro, Record, 2010.

GRUDEM, Wayne. *A Teologia sistemática*. Tradução Miguel Messias. Edição Revisada. ed. Miami: Vida Nova, 2009. Tradução de: A Teologia sistemática.

GUTIÉRREZ, B. F. (1996). *Os pentecostais na América Latina: Um desafio às igrejas históricas*. In B. Gutiérrez & L. S. Campos (Orgs.), *Na força do espírito: Os pentecostais na*

América Latina, um desafio às igrejas históricas (pp. 129-149). São Paulo: Associação Literária Pendão Real.

HURLBUT, Jesse Lyman. *História da Igreja Cristã*. Editora Vida, São Paulo, SP, 2002.

IGREJAS. Shalom Comunidade Cristã. Uberlândia. Disponível em: <https://scc.org.br/igrejas/>. Acesso em: 7 Jul. 2019.

KHOURY Y. A. et all. *A Pesquisa em História*, S. Paulo, Ática, 1989.

LASCH, Cristopher. *A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

LISBÔA, Maria Regina Azevedo. *Combatendo na Posse do Espírito: gênero e sexualidade na Assembléia de Deus*. Florianópolis,, 2008. Tese (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2008.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. Edições Loyola, 2. Edição: São Paulo, SP, 2005.

MARIANO, Ricardo. *Expansão pentecostal no Brasil: o caso da igreja universal*. Estudos Avançados, São Paulo, v.18, n.52., p.121-138, dec.2004. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10038/>>. Acesso em: 09 apr. 2018

MARINHO, Noélia Nunes. *A experiência de ser jovem e mulher em uma igreja tradicional protestante*. Maceió, 2017. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Sociologia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2017.

MATA, Sérgio da. *História & Religião*. Editora Autêntica, 2010.

MATOS, Alderi Souza de. *O Movimento Pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário*. Fides Reformata. a. 11, n. 2, p. 23-50, 2006.

MENDONÇA, A. G. (2000). *O protestantismo latino-americano entre a racionalidade e o misticismo*. Estudos de Religião, 18, 69-98.

MONTES, Maria Lúcia. *As figuras do sagrado: entre o público e o privado*. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); SCHWARCZ, Lilia (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, v. 4, 1994. cap. 2, p. 63-173.

NOLA, Afonso di. *Sagrado/profano*. In: GIL, Fernando (Coord.). *Enciclopédia Einaudi: MYTHOS/LOGOS SAGRADO/PROFANO*. Tradução Rui Santana Brito. Edição Portuguesa, v. 12, 1987, p. 161-215. Tradução de: Sagrado/profano.

NOVAIS, Fernando (Coord.); SCHWARCZ, Lilia (Org.). *HISTORIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL: Contrastes da Intimidade contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, v. 4, 1994.

OLIVEIRA, Leandro Moreira de. LORETO, Maria das Dores Saraiva de; CALVELLI, Haudrey Germiani. *De pentecostes ao pentecostalismo: reflexões possíveis para a construção de sentido da experiência brasileira*. Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 8 nº 1, 2017, p. 119-149.

PERROT, M. *Funções da família* in História da Vida Privada Vol. IV. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. São Paulo, 1997.

PESCH, Edson Henrique. *A influência da pós-modernidade no jovem pentecostal da Assembleia de Deus no Brasil e suas implicações para o ministério*. Curitiba, 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) - Faculdade Batista do Paraná, 2016.

PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo. *A marca da promessa: culturas juvenis assembleianas*. Porto Alegre, 2014. Tese (Programa de Pós Graduação em Educação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2014.

PROST, Antoine (Org.); VINCENT, Gerard (Org.). *História da Vida Privada: Da primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Editora Shwarcz Ltda, v.4 ,1992.

RAGO, Margareth. *As Mulheres na Historiografia Brasileira*. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995, p. 82-85.

ROCHA, Ana Vitoria Sampaio Castanheira. *Amor, ordem e progresso: casamento e divórcio como desafios à laicidade do Estado (1847-1916)* 25/06/2014 129 f. Mestrado em História. UnB, Brasília, Biblioteca Depositária: BCE

RUMBLE, L.. *Assembléias de Deus e outras Igrejas Pentecostais*. Minnesota: Editora Vozes Limitada, 1959. Tradução de: "Assemblies of God" and other "Pentecostal Churches"

SCAVONE, Lucila. *Religiões, Gênero e Feminismo*. Rever, São Paulo, v.8, p.1-8, 2008.

SILVA, Eliane Moura da. *O fanatismo religioso: representações, conceitos e práticas contemporâneas*. In. *Questões de religiões: teorias e metodologias / organizador: Jérri Roberto Marin – Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013*

SILVEIRA, Emerson José Sena da. *De dentro para fora: Igreja Católica, controvérsias, modernidade e ambivalências*. PLURA,, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p. 5-35, 2014.

SOUZA, Ronaldo José de. *Carisma e instituição: relações de poder na Renovação Carismática Católica do Brasil*. Campina Grande, 2004. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Sociologia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, 2004.

THOMPSON, E. P. “*Intervalo: a lógica histórica*”. A Miséria da Teoria; ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 47-62.

VAINFAS, Ronaldo. *CASAMENTO, AMOR E DESEJO NO OCIDENTE CRISTÃO*. São Paulo: Editora Ática S. A., 1986.

VEYNE, Paul. *Quando o nosso mundo se tornou cristão: [312-394]*. 2. ed. Brasil: Civilização Brasileira, 2011.

VIEIRA, Pr. Humberto Schimitt. *Casamento, Divórcio e Novo Matrimônio: o que a bíblia fala sobre o assunto*. 2. ed. São Paulo: Cantares, 2007.

WEST, Morris L.. Robert: Francis. *Escândalo na Igreja*. Tradução Pinheiro de Lemos. 2. ed. Rio de Janeiro: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A., 1970. Tradução de: Scandal in the assembly.